INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Guia de Estudos

2010

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Antônio de Aguiar Patriota

Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

Embaixador Fernando Guimarães Reis

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2010, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

- Portaria nº 683, de 27 de outubro de 2009 do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Edital de 6 de novembro de 2009, do Diretor-Geral do Instituto Rio Branco;

- Portaria nº 336, de 30 de maio de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas, bibliografia para as provas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em novembro de 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 683, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009

O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de 17 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2001, resolve:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as normas que se seguem para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2010.

Art. 2º. O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2010 constará, na Primeira Fase, de prova objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público.

Art. 3º. A Segunda Fase constará de prova discursiva eliminatória e classificatória de Português.

Parágrafo único. Será estabelecida nota mínima para a prova de Português.

Art. 4º. A Terceira Fase constará de provas discursivas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público.

Parágrafo 1º. As seis provas da Terceira Fase terão peso equivalente.

Parágrafo 2º. Será estabelecida nota mínima para o conjunto das provas da Terceira Fase.

Art. 5º. A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter exclusivamente classificatório.

Parágrafo único. Para efeitos de classificação, cada uma das provas da Quarta Fase terá peso equivalente a metade do peso de cada uma das provas da Terceira Fase.

Art. 6º. Serão oferecidas, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2010, 108 (cento e oito) vagas para a classe inicial da Carreira de Diplomata.

Art. 7º. O Diretor-Geral do Instituto Rio Branco fará publicar o Edital do Concurso.

CELSO AMORIM

EDITAL DE 6 DE NOVEMBRO DE 2009
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 9 de novembro a 13 de dezembro de 2009, asinscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 35 e36 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível no endereço eletrônico do CESPE/UnB http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.
1.2 O Concurso terá quatro fases, especificadas a seguir:
a) Primeira Fase: Prova Objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público;
b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;
c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público;
d) Quarta Fase: provas escritas, de caráter exclusivamente classificatório, de Espanhol e de Francês.
1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.
1.4 VAGAS: 108, sendo 6 vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

2 DO CARGO
2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1º) a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2º) a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria nº 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003.
2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R$ 12.413,03 (doze mil quatrocentos e treze reais e três centavos).
2.3 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO: aos servidores da Carreira de Diplomata incumbem atividades de natureza diplomática e consular, em seus aspectos específicos de
representação, negociação, informação e proteção de interesses brasileiros no campo internacional.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO
3.1 Ter sido aprovado no Concurso.
3.2 Ser brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.
3.3 Estar no gozo dos direitos políticos.
3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.
3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais.
3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos.
3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.
3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados ou que, quando for o caso, não obtiver a autorização de que trata o subitem 5.4.1.1 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICÊNCIA
4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, VIII, da Constituição Federal, do artigo 5.°, § 2.°, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.
4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:
a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e
b) encaminhar cópia simples do CPF e laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.
4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia 22 de dezembro de 2009, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF a que se refere a alínea “b” do subitem 4.2, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.
4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, postado impreterivelmente até o dia 22 de dezembro de 2009, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2010 (laudo médico), Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF.

4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.
4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1º e 2º, do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.
4.4 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos, assim como não serão
fornecidas cópias dessa documentação.
4.4.1 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será divulgada na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, na ocasião da divulgação do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.
4.4.1.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento, pessoalmente ou por meio de fax, e-mail ou via SEDEX, citados no subitem 14.5.1 deste Edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais requeridas.
4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.
4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, se não eliminados no concurso, serão convocados para se submeter à perícia médica promovida pela Junta Médica designada pelo Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, que verificará sobre a sua qualificação como deficiente ou não, bem como, no estágio probatório, sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada, nos termos do artigo 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.
4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de documento de identidade e de laudo médico original ou cópia autenticada em cartório que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência, conforme modelo constante do endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010.
4.8.1 Perderão o direito às vagas reservadas os candidatos que, por ocasião da perícia médica de que trata o subitem 4.7, não apresentarem laudo médico original ou cópia autenticada em cartório ou que apresentarem laudo que não tenha sido emitido nos últimos doze meses.
4.8.2 O laudo médico original ou cópia autenticada em cartório será retido pelo Instituto Rio Branco por ocasião da realização da perícia médica.
4.8.3 Os candidatos convocados para a perícia médica deverão comparecer com uma hora de antecedência do horário marcado para o seu início, conforme edital de convocação.
4.9 A não observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.10 O candidato que, tendo-se declarado portador de deficiência, for reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de
classificação geral.
4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica no decorrer do estágio probatório em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.
4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO
5.1 As inscrições poderão ser efetuadas somente via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.
5.1.1 TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 120,00.
5.1.2 Será admitida a inscrição exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico
http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, solicitada no período entre 10 horas do dia 9 de novembro de 2009 e 23 horas e 59 minutos do dia 13 de dezembro de 2009, horário oficial de Brasília/DF.
5.1.3 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de
comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
5.2 O candidato poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança).
5.2.1 A GRU Cobrança estará disponível no endereço eletrônico
http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010 e deverá ser impressa para o pagamento da taxa de inscrição imediatamente após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição online.
5.2.1.1 O candidato poderá reimprimir a GRU Cobrança pela página de acompanhamento do concurso.
5.2.2 A GRU Cobrança pode ser paga em qualquer banco, bem como nas lotéricas e Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.
5.2.3 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 22 de dezembro de 2009.
5.2.4 As inscrições somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.
5.2.5 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico
http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.
5.2.6 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010.
5.3 Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, o CESPE/UnB disponibilizará locais com acesso à Internet, localizados nos endereços listados a seguir, no período entre 10 horas do dia 9 de novembro de 2009 e 23 horas e 59 minutos do dia 13 de dezembro de 2009 (horário oficial de Brasília/DF), observados os horários de funcionamento de cada estabelecimento.

Cidade/UF	**Local**
Belém/PA	Microlins Centro Somensi – Travessa São Pedro, nº 406 – Batista

Cidade/UF	Local
	Campos
Belém/PA	Microlins Serzedelo Correa – Avenida Serzedelo Correa, nº 160 – Batista Campos
Belém/PA	Microlins José Malcher – Avenida Governador José Malcher, nº 1.274 – Nazaré
Belém/PA	Microlins Umarizal – Avenida Alcindo Cacela, nº 829 – Umarizal
Belo Horizonte/MG	Microlins Barro Preto – Avenida Augusto de Lima, nº 1.912 – Barro Preto
Brasília/DF	Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro – ICC Ala Norte, Asa Norte
Campo Grande/MS	CYBER 7 – Rua 7 de setembro, nº 758 - Centro
Cuiabá/MT	Microlins Centro – Avenida Gétulio Vargas, nº 1.055 – Centro
Curitiba/PR	Microlins Portão – Avenida Presidente Kennedy, nº 4.070 – Água Verde
Florianópolis/SC	Microlins – Rua Álvaro de Carvalho, nº 120 – Centro
Fortaleza/CE	Microlins Centro – Rua Floriano Peixoto, nº 1.040 – Centro
Goiânia/GO	Microlins Centro I – Rua 85, nº 160 – Setor Sul
Goiânia/GO	Microlins Centro II – Rua 6, nº 356 – Centro
Manaus/AM	Microlins Centro – Avenida Leopoldo Peres, nº 685 – Educandos
Natal/RN	Microlins Lagoa Nova – Avenida Prudente de Morais, nº 3.446 – Lagoa Nova
Porto Alegre/RS	Microlins – Rua Doutor Flores, nº 385 – Centro
Recife/PE	ITECI – Rua Real da Terra, nº 637 – Madalena
Rio de Janeiro/RJ	Microlins Tijuca – Rua Santo Afonso, nº 36, Loja B – Tijuca
Rio de Janeiro/RJ	Microlins Freguesia – Estrada dos Três Rios, nº 74 – Sobreloja – Jacarepaguá
Salvador/BA	Microlins Pólvora – Avenida Joana Angelica, nº 150 – Campo da Pólvora
São Luís/MA	Microlins Centro – Rua Oswaldo Cruz, nº 1238 – Centro
São Paulo/SP	Acessa São Paulo Metrô São Bento – Boulevard Metrô São Bento, Loja 12 – Centro
São Paulo/SP	Acessa São Paulo Metrô Sé – Praça da Sé, s/nº – Centro – Saída Anita Garibaldi
São Paulo/SP	Acessa São Paulo Poupatempo Sé – Praça do Carmo, s/nº – Centro
São Paulo/SP	Acessa São Paulo Poupatempo Sé II – Secretaria da Fazenda – Av. Rangel Pestana, nº 300, 1 – andar – Centro
São Paulo/SP	Acessa São Paulo SEADE – Av. Casper Líbero, nº 478 Térreo – Luz
São Paulo/SP	Acessa São Paulo SEADS – Rua Bela Cintra, nº 1.032 – Cerqueira César
Vitória/ES	Microlins Centro – Avenida Jerônimo Monteiro, nº 776 – Centro

5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que

preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela cidade de provas. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.
5.4.1.1 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem,
respectivamente, o artigo 33, § 3º, e o artigo 34, § 3º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao candidato casado com estrangeira, cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.
5.4.2 É vedada a inscrição condicional (salvo o disposto no subitem 5.4.1.1), a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.
5.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.
5.4.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
5.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso Público aquele que não
preenchê-la de forma completa e correta.
5.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.
5.4.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2008.
5.4.7.1 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:
a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n.o 6.135, de 26 de junho de 2007; e
b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.
5.4.7.2 A isenção deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, disponível por meio do aplicativo para a solicitação de inscrição, no período de 9 de novembro a 13 de dezembro de 2009, no endereço eletrônico www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, contendo:
a) indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico; e
b) declaração de que atende à condição estabelecida na letra "b" do subitem 5.4.7.1.
5.4.7.2.1 Os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet poderão utilizar-se dos locais constantes do subitem 5.3 deste Edital para efetuar a solicitação de inscrição com isenção de taxa.
5.4.7.3 O CESPE/UnB consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
5.4.7.4 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que
acarretará sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10
do Decreto n.o 83.936, de 6 de setembro de 1979.
5.4.7.5 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
b) fraudar e/ou falsificar documentação;
c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 5.4.7.2 deste edital.
5.4.7.6 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via postal, via fax ou
via correio eletrônico.
5.4.7.7 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo órgão gestor do CadÚnico.
5.4.7.8 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada até o dia 16 de dezembro de 2009, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010.
5.4.7.9 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, no endereço eletrônico
http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
5.4.7.9 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão, para efetivar a sua inscrição no concurso, acessar o endereço eletrônico
http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010 e imprimir a GRU Cobrança, por meio da página de acompanhamento, para pagamento até o dia 22 de dezembro de 2009, conforme procedimentos descritos neste edital.
5.4.7.10 O interessado que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no subitem anterior estará automaticamente excluído do concurso público.
5.4.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.
5.4.9 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia 22 de dezembro de 2009, impreterivelmente, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2010 (laudo médico), Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF, cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
5.4.9.1 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF referidos no subitem 5.4.9 poderão, ainda, ser entregues, até o dia 22 de dezembro de 2009, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.
5.4.9.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.
5.4.9.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB, cópia autenticada em cartório da certidão de nascimento da criança, até o dia 22 de dezembro de 2009, e levar um acompanhante, que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.
5.4.9.3.1 O CESPE/UnB não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

5.4.9.4 A cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso, não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias dessa documentação.
5.4.9.5 A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, na ocasião da divulgação do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.
5.4.9.5.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento pessoalmente ou por meio de fax, e-mail ou via SEDEX, citados no subitem 14.5.1 deste Edital.
5.4.10 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

6 DA PRIMEIRA FASE: PROVA OBJETIVA
6.1 A Prova Objetiva, de caráter eliminatório, abrangerá as seguintes disciplinas: Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia, Política Internacional, Inglês, Noções de Economia e Noções de Direito e Direito Internacional Público.
6.2 Data e horário: a Prova Objetiva será aplicada na data provável de 24 de janeiro de 2010, em duas etapas: a primeira às 8 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília/DF), com duração de 3 horas e trinta minutos; e a segunda às 15 horas (horário oficial de Brasília/DF), também com duração de 3 horas e trinta minutos.
6.2.1 Na data provável de 14 de janeiro de 2010, os locais de realização da Prova Objetiva serão publicados no Diário Oficial da União, e divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
6.2.2 O CESPE/UnB poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail ou pelos Correios, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu
endereço completo e correto na solicitação de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o Edital a ser publicado, consoante o que dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.
6.3 Características: a Prova Objetiva será constituída de 80 questões objetivas.
6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO.
6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.
6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.
6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código C, que deve ser
preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código E, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.
6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões da Prova Objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.
6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.
6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.
6.3.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
6.3.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente do CESPE/UnB devidamente treinado.
6.3.9 O CESPE/UnB divulgará a imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram a Prova Objetiva, exceto dos candidatos eliminados na forma do subitem 14.16.1, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, após a data de divulgação do resultado final da Prova Objetiva. A referida imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do Concurso Público.
6.3.9.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA
7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.
7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo (menos vinte centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.
7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo (menos vinte e cinco centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.
7.4 Para cada candidato, o cálculo da nota no conjunto das questões da Prova Objetiva será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e os itens que o compõem.
7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 40% da pontuação máxima possível no conjunto das questões.
7.5.1 Os candidatos eliminados na forma do subitem 7.5 deste Edital não terão classificação alguma
no Concurso.

7.5.2 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com os
valores decrescentes das notas obtidas no conjunto das questões.
7.6 Para os candidatos não eliminados segundo o subitem 7.5.2 será calculada a nota final na Prova Objetiva (NFP0) como sendo igual à soma das notas obtidas no conjunto das questões.
7.7 Os candidatos serão ordenados de acordo com a soma das notas obtidas no conjunto das questões e os classificados até a 300.ª posição (20.ª posição para os portadores de deficiência), respeitados os empates na última colocação, serão considerados aprovados na Primeira Fase.
7.7.1 Os candidatos que não estiverem classificados até a 300.ª posição serão eliminados e não terão classificação alguma no Concurso.
7.8 Os candidatos aprovados na Primeira Fase serão convocados para a prova da Segunda Fase, em Edital a ser publicado no Diário Oficial da União, na data provável de 16 de fevereiro de 2010, do qual constarão igualmente os locais de realização da prova.
7.9 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES À PROVA OBJETIVA
8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões da Prova Objetiva serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, até as 18 horas da data provável de 26 de janeiro de 2010.
8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.
8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010), e seguir as instruções ali contidas.
8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital.
8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010 no momento da
divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.
8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo, bem como recurso contra o resultado final nas demais fases.
8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 Data e horário: a prova escrita de Português será aplicada na data provável de 21 de fevereiro de 2010, às 14 horas (horário oficial de Brasília/DF), nos locais determinados pelo Edital de convocação a que se refere o item 7.8. Esta prova terá a duração de 5 horas.

9.2 Características: a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). Os exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos terão por base extratos dos livros indicados na bibliografia obrigatória constante do programa da prova de Português, que integra o Anexo deste Edital.

9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 600 palavras. Será atribuída nota 0 (zero) à redação caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

9.4 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará eliminado e não terá sua prova corrigida.

9.5 Aprovação: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), a nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova de Português.

9.6 Resultado: o resultado provisório da Segunda Fase será anunciado na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), na data provável de 30 de março de 2010, e divulgado via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, até as 20 horas desse mesmo dia.

9.7 Recursos: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.7.1 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de 20 de abril de 2010, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no Diário Oficial da União, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira Fase do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS, DE NOÇÕES DE ECONOMIA E DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.

10.1 A Terceira Fase constará de seis provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de 24 de abril de 2010: História do Brasil;
- data provável de 25 de abril de 2010: Geografia;
- data provável de 1º de maio de 2010: Inglês;
- data provável de 2 de maio de 2010: Política Internacional;
- data provável de 8 de maio de 2010: Noções de Economia;
- data provável de 9 de maio de 2010: Noções de Direito e Direito Internacional Público.

10.2 As provas da Terceira Fase terão a duração de 4 horas cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 Características referentes às provas da Terceira Fase:

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirão, cada uma, de quatro questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas

com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.
10.3.1.1 Nas provas de História do Brasil, de Geografia e de Política Internacional, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.
10.3.1.2 Nas provas de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a
extensão máxima de 40 linhas.
10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor 50 pontos).
10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.
10.4 O candidato que não comparecer a uma das seis provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.
10.5 Aprovação: serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 360 (trezentos e sessenta) pontos na soma das pontuações obtidas nas seis provas desta fase.
10.6 Resultado: o resultado provisório das provas da Terceira Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), na data provável de 25 de maio de 2010, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.
10.7 Recursos: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.
10.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de 8 de junho de 2010, na sede do IRBr, em Brasília/DF, e enviado para publicação no Diário Oficial da União.

11 DA QUARTA FASE: PROVAS ESCRITAS DE ESPANHOL E DE FRANCÊS
11.1 A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter exclusivamente classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.
11.2 A prova de Espanhol será realizada na data provável 1º de maio de 2010, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), e terá a duração de 2 horas. A prova de Francês será realizada na data provável de 9 de maio de 2010, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), e terá também a duração de 2 horas.
11.3 Todos os candidatos aprovados na Segunda Fase deverão fazer as provas da Quarta Fase.
11.3.1 Apenas os candidatos aprovados na Terceira Fase terão corrigidas suas provas da Quarta Fase.
11.4 O candidato que não comparecer às provas da Quarta Fase, ou que as entregar em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado do Concurso.
11.5 A prova de Espanhol constará de dez questões relativas a textos em língua espanhola, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em

espanhol e observar a extensão exigida no comando de cada questão.
11.6 A prova de Francês constará de dez questões relativas a texto em língua francesa, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em francês e observar a extensão exigida no comando de cada questão.
11.7 Resultado: o resultado provisório das provas da Quarta Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), da data provável de 9 de junho de 2010, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.
11.8 Recursos: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório da Quarta Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.
11.9 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Quarta Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de 15 de junho de 2010, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no Diário Oficial da União.

12 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO
12.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.
12.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas notas finais.
12.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet e publicado no Diário Oficial da União na data provável de 16 de junho de 2010.

13 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
13.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
a) tiver idade superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo
27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português;
c) obtiver a maior soma de notas nas seis provas da Terceira Fase;
d) obtiver a maior nota na Prova Objetiva.
13.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
14.1 Aceitação das normas deste Edital: A inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor-Geral do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.
14.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público que sejam publicados no Diário Oficial da União e/ou divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/mec2009.
14.3 O Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2010 estará disponível até o final do mês de dezembro de 2009, no endereço eletrônico
http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010. Sua leitura é obrigatória e de caráter complementar a este Edital.
14.3.1 Os programas das provas do Concurso estão detalhados no Anexo deste Edital.

14.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.
14.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no Diário Oficial da União e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos http://www.irbr.mre.gov.br e http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010.
14.5 O candidato poderá obter informações referentes à Prova Objetiva junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448 0100 ou via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, ressalvado o disposto no subitem 14.4 deste Edital.
14.5.1 O candidato que desejar relatar ao CESPE/UnB fatos ocorridos durante a realização do Concurso deverá fazê-lo à Central de Atendimento do CESPE/UnB, postar correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70904-970; encaminhar mensagem pelo fax de número (61) 3448 0110; ou enviá-la para o endereço eletrônico sac@cespe.unb.br.
14.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.
14.6.1 As provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases serão identificadas em público no momento do anúncio dos resultados.
14.7 Os candidatos terão direito à vista das provas e, se desejarem interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases, disporão de dois dias úteis, conforme datas determinadas nos editais de divulgação desses resultados, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente.
14.7.1 O candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010), e seguir as instruções ali contidas.
14.7.2 Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.
14.7.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso; serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.
14.7.4 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
14.7.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou recursos contra o resultado final da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.
14.7.6 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.
14.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.
14.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, de comprovante de inscrição, do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e de documento de identidade original.
14.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
14.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício

profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).
14.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
14.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
14.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
14.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.
14.14 Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica,
notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha.
14.14.1 O CESPE/UnB recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior, no dia de realização das provas.
14.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.
14.14.3 No dia de realização das provas, o CESPE/UnB poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal.
14.15 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
14.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e, consequentemente, a eliminação do candidato no Concurso Público.
14.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.
14.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:
a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica,

controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha;
d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou o caderno de respostas das questões discursivas;
i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou no caderno de respostas das questões discursivas;
j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
l) impedir a coleta de sua assinatura;
m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
n) for surpreendido portando anotações em papéis, que não os permitidos;
o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma e/ou se negar a entregar a arma à Coordenação;
p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
q) for surpreendido por falsa identificação pessoal; e
r) recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas, para posterior exame grafológico.
14.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.
14.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
14.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data e do local predeterminados em Edital e/ou em comunicado.
14.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.
14.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.
14.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.
14.23 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da provas e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
14.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.
14.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante o CESPE/UnB, até data de divulgação dos resultados finais das provas, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento do CESPE/UnB, e, após essa data, perante o IRBr, se aprovado. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

14.26 Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas oferecidas serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.
14.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

FERNANDO GUIMARÃES REIS
Diretor-Geral

ANEXO

NOTA: A fim de facilitar a consulta por parte do candidato, os programas mencionados no subitem 14.3 do Edital constam deste Guia de Estudos nas seções de orientação para o estudo referentes a cada disciplina, razão pela qual não se reproduz neste ponto o ANEXO do Edital.

PORTARIA Nº 336, DE 30 DE MAIO DE 2003

Revoga Portaria de 01 de novembro de 1995, que regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, PROFA-I, e institui novo regulamento para incorporar modificações decorrentes da implantação do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco no processo de formação dos diplomatas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 70501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve revogar Portaria de 01 de novembro de 1995 e estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), doravante denominado Curso de Formação do Instituto Rio Branco:

Regulamento do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Capítulo I
Das finalidades e duração

Art. 1º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, poderão ser utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento, visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, a luz das necessidades da carreira diplomática;

b) os dois últimos períodos compreenderão cursos de aperfeiçoamento e dedicação à pesquisa ou prática diplomática;

c) os estágios regulares no exterior serão realizados somente pelos alunos do Mestrado em Diplomacia, após a apresentação ou a aprovação das dissertações, e terão duração de até seis meses;

d) a distribuição dos estagiários por postos será feita preferencialmente por ordem de classificação nos exames de qualificação no Mestrado;

e) a designação de estágio no exterior em determinada missão ou instituição poderá se condicionada à elaboração de dissertação de Mestrado sobre tema específico.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

Capítulo II
Da avaliação

Art.6º A avaliação das atividades do Curso de Formação do Instituto Rio Branco ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas.

Art. 7º O funcionário nomeado e dedicado à prática diplomática será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo Único – Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, e as alterações subsequentes, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de "satisfatório" ou "insatisfatório";

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de "insatisfatório", o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr.

d) Só será admitida uma notificação; e

e) Na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas – composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata – para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, e as alterações subseqüentes, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

CELSO AMORIM

Orientação para estudo

(Inclui: programas e bibliografias para as provas do Concurso,
além de exemplos de provas do Concurso anterior)

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que constituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital reproduzido neste Guia de Estudos.

No Concurso de 2010, assim como no exame do ano anterior, a prova objetiva será constituída de 80 questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

*

PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). A redação e os exercícios de interpretação textual terão por base textos extraídos da bibliografia obrigatória constante do programa abaixo.

Programa (Primeira e Segunda Fases):

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil.
   - 1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade.
   - 1.2 Morfossintaxe.
   - 1.3 Semântica.
   - 1.4 Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos.
   - 2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa.
   - 2.2 Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual.
   - 2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical.
   - 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição.
   - 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Bibliografia obrigatória: ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. ---.**Visão do Paraíso**. NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**.

Bibliografia sugerida:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.

Atualizado em http://www.academia.org.br/vocabulario

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.

______. **Dicionário de verbos e regimes**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

______. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Dez – 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação e crase**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos – extraídos da bibliografia obrigatória acima reproduzida – , que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um). O apoio em textos propicia subsídios ao candidato, visando evitar que deixe de escrever por falta de motivação ou informação acerca do objeto temático.

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha – com fluência e adequação – informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do adequado uso da língua portuguesa.

O candidato deverá obedecer aos limites de extensão definidos nos comandos das questões. Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 pontos para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 600. Será atribuída nota zero à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação zero na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português.

Prova de 2009

PARTE I – REDAÇÃO

[Natividade] Não atinou... Nem sempre as mães atinam. Não atinou que a frase do discurso não era propriamente do filho; não era de ninguém. Alguém a proferiu um dia, em discurso ou conversa, em gazeta ou em viagem de terra ou de mar. Outrem a repetiu, até que muita gente a fez sua. Era nova, era enérgica, era expressiva, ficou sendo patrimônio comum.
Há frases assim felizes. Nascem modestamente, como a gente pobre; quando menos pensam, estão governando o mundo, à semelhança das idéias. As próprias idéias nem sempre conservam o nome do pai; muitas aparecem órfãs, nascidas de nada e de ninguém. Cada um pega delas, verte-as como pode, e vai levá-las à feira, onde todos as têm por suas.

Machado de Assis. Esaú e Jacó. In: Obra completa. v. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985, p. 993.

As ideias são "patrimônio comum"? Disserte sobre as implicações políticas desta questão, tendo como ponto de partida a leitura dos dois parágrafos finais do capítulo XXXVII da obra Esaú e Jacó, de Machado de Assis, acima reproduzidos.

Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)

LOURENÇO FELIPE DREYER (52,75/60)

Como iniciar uma dissertação sobre idéias – isto é, não sobre uma ou outra idéia em particular, mas sobre as idéias em geral? Não vejo outra maneira de fazê-lo senão analisando, em primeiro lugar, o que são as idéias, por meio de um exercício de metalinguagem. Só então será possível chegar ao ponto central da discussão a que esse texto se propõe: até que ponto as idéias são coletivas e comuns, e até que ponto são privativas e individuais.

Nietzsche, em seus escritos, afirma que o que temos de mais íntimo e individual é sempre incomunicável, pois a linguagem – que se origina, justamente, na coletividade – distorce e torna comum tudo aquilo que é individual e único. Essa seria, até certo ponto, uma das próprias funções da linguagem: moldar a subjetividade do indivíduo de acordo com as idéias e visões de mundo do grupo ao qual ele pertence, habilitando-o dessa forma para a vida em sociedade.

Penso que nem mesmo Nietzsche saberia dizer, no entanto, exatamente até que ponto desenvolvemos nossas próprias idéias e até que ponto simplesmente adotamos aquelas que a sociedade nos oferece – pois é certo que, ao mesmo tempo em que a sociedade molda os indivíduos, por meio da ação e do pensamento coletivos, os indivíduos também podem moldar e transformar a sociedade por meio da ação e do pensamento individuais. Existe, portanto, a possibilidade de o indivíduo e a sociedade sofrerem influências mútuas, de forma que nem a subjetividade seja inteiramente determinada pela coletividade, nem a sociedade permaneça presa a um conjunto estático e imutável de idéias. Aliás, é justamente isso – o fato de que podemos individualmente influenciar e transformar a coletividade – o que nos torna responsáveis pelas idéias que proferimos, sejam elas oriundas do nosso próprio pensamento ou do conjunto de idéias coletivas mantido pela sociedade à qual pertencemos.

Não seria perigoso, portanto, pensar que as idéias são uma espécie de patrimônio comum? Se isso fosse mesmo verdade, então qualquer um poderia pegá-las para si, a qualquer momento, usando-as e vestindo-as ao sabor do momento, sem nenhuma responsabilidade por sua autoria nem por seu conteúdo. Infelizmente, é assim que muitos candidatos a cargos políticos agem, em época de eleição: adotam idéias e frases de efeito para criar uma fachada atraente para seus planos e propostas sem conteúdo. É comum que políticos de direita adotem, sem nenhum escrúpulo filosófico, discursos e frases típicos da esquerda – e vice-versa -, o que provoca uma grande indiferenciação entre as propostas dos diversos partidos políticos brasileiros. Parece que já não existem mais ideologias e filosofias específicas de esquerda ou de direita. Existe apenas um conjunto de idéias consagradas como politicamente corretas e utilizadas por todos os políticos, como se fossem um "patrimônio comum". A inteligência do país é que mais sai perdendo, quando as idéias que nele circulam sofrem esse tipo de abuso, sendo proferidas de forma inautêntica por tantas pessoas.

O uso irresponsável das idéias, no entanto, mão é uma exclusividade da época atual. Machado de Assis, no romance Esaú e Jacó, publicado há mais de cem anos, expôs com muita ironia as opções políticas dos gêmeos Pedro e Paulo. O tempo da narração transcorre entre as últimas décadas do Império e os primeiros anos da República. Pedro, com sua personalidade conservadora, define-se como monarquista. Paulo, dono de uma personalidade mais transformadora, adota, por sua vez, uma ideologia republicana – cujas idéias, em certos momentos, chocam sua mãe, Natividade, por irem de encontro ao sistema de governo estabelecido. Machado de Assis, porém, expõe com ironia a preocupação de Natividade com uma idéia subversiva que aparece em certo discurso de seu filho. Paulo, sugere o irônico autor, não havia criado essa idéia: havia apenas repetido um pensamento, ou uma frase, que já se tornara público e comum, e cujo próprio caráter revolucionário se esvaziara ao passar de boca em boca. Não havia, portanto, motivos para acreditar que tal idéia correspondesse às verdadeiras intenções do gêmeo Paulo.

Será correto agir assim? Será que estamos certos, ao adotar e divulgar como nossa qualquer idéia que nos agrade, como se todas as idéias fossem um bem público à nossa disposição? Acredito, pelo contrário, que, em uma sociedade que queira se desenvolver de forma inteligente, um mínimo de responsabilidade e autenticidade no uso das idéias deve ser estimulado e, no que diz respeito à política, exigido pelo povo de todos aqueles que o representam.

PARTE II – EXERCÍCIO I

Comente o primeiro parágrafo do trecho a seguir, da obra Raízes do Brasil, à luz dos conceitos apresentados no parágrafo seguinte, podendo seu comentário ser ilustrado com uma referência histórica.

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização — que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades — ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje. Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados em tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público.

Sergio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 145.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

VINÍCIUS CHAGAS DIAS COELHO (18,75/20)

Em sua obra Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda analisa o passado brasileiro com o intuito de explicar a sociedade e a política do país. O Brasil foi, durante os primeiros séculos de sua existência, organizado sob um modelo rural de estruturas políticas, sociais e econômicas. A família patriarcal constituiu o cerne da organização sociopolítica brasileira desde o início do período colonial.

Com o advento do processo de urbanização no Brasil, essa estrutura de poder familiar foi desequilibrada. Os indivíduos, acostumados a lidar com assuntos públicos de maneira personalista, têm dificuldades para compreender a separação entre o Estado e a família. O nepotismo e o desvio de dinheiro público são conseqüências desse desequilíbrio entre o passado, rural e patriarcalista, e o presente, urbano e impessoal. A organização política e social do Brasil urbanizado ainda é, portanto, afetada pela permanência de vícios oriundos da história rural do país.

PARTE II – EXERCÍCIO II

No conhecido Sermão da Sexagésima, pronunciado em 1655 na Capela Real, apresenta-nos ele [Padre A. Vieira] um pregador a discorrer sobre a Paixão. Fala este sobre Cristo chegando ao pretório de Pilatos, e como o fizeram rei de zombaria, com uma púrpura aos ombros: ouve-o o auditório muito atento. Diz que teceram uma coroa de espinhos e lhe pregaram na cabeça, e todos continuam a ouvi-lo com a mesma atenção. Narra, um a um, tudo quanto se sabe dos padecimentos do Senhor, e prossegue o mesmo silêncio, a mesma suspensão entre os ouvintes. Nisto corre-se a cortina, aparece a imagem do Ecce Homo, e eis que todos subitamente se prostram, todos entram a bater nos peitos, eis as lágrimas, eis os gritos, eis os alaridos, eis as bofetadas.

Sergio Buarque de Holanda. Visão do Paraíso. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 234.

Nota: A frase latina Ecce Homo — que significa eis o homem — teria sido proferida por Pilatos, ao apresentar Jesus Cristo coroado de espinhos ao povo.

Ao fazer a paráfrase do famoso Sermão da Sexagésima (1665), do Padre Vieira, o autor de Visão do Paraíso destaca a súbita mudança de atitude do público. Interprete e explique tal mudança.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

DANIELA OLIVEIRA GUERRA (18,50/20)

Em Visão do Paraíso, Sérgio Buarque de Holanda faz a paráfrase do Sermão da Sexagésima, de Padre Vieira. Nessa obra, Padre Vieira relata a história de um pregador que

narra a Paixão a uma platéia atenta, porém silenciosa. Nenhum dos sofrimentos de Cristo comove o auditório. Este reagirá com emoção apenas ao ver uma imagem do Ecce Homo.

A mudança de atitude do público, destacada por Sérgio Buarque de Holanda, mostra a força dos elementos imagéticos como meio de convencimento. A palavra, cuja compreensão é mediada pela capacidade cognitiva do ouvinte, é um apelo à razão. Já a imagem, por poder ser apreendida de forma imediata por qualquer pessoa, constitui um apelo à emoção.

***

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):
1. O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão.
2. O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
3. O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado.
4. A Regência (1831-1840). Centralização versus Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa.
5. O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas consequências.
6. A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo.
7. A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura.
8. A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os

Estados Unidos; a Guerra Fria; a "Operação Panamericana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
9. O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
10. O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.

Bibliografia sugerida:

ALMINO, João & CARDIM, Carlos Henrique (Orgs.). **Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC Edições/FUNAG, 2002.

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. **Desafio Inacabado: A Política Externa de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: DIFEL.

________. **A Segunda República**. São Paulo: DIFEL.

________. **A República Nova (1930-1937).** São Paulo: DIFEL. 1982.

________. **A Terceira República (1937-1945).** São Paulo: DIFEL. 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo/Publifolha, 2001. 2 v.

FAUSTO, Boris**. História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil.** Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: **Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003).** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

________. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

Prova de 2009

Questão 1

A transição do regime militar (1964-1985) para a chamada Nova República foi marcada por iniciativas que visavam à democratização política e eram promovidas por movimentos de oposição e por integrantes do próprio sistema de poder.

A esse respeito, comente:
- o sentido da expressão "abertura lenta, gradual e segura";
- *o peso da eleição de governadores do partido de oposição em 1974; e
  *OBS: o segundo item desta questão foi anulado em razão de erro de revisão.
- a formação de forças sociopolíticas que passaram a demandar o fim do regime militar.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

PAULA RASSI BRASIL (28/30)

A transição do regime civil-militar instalado em 1964 para a Nova República, em 1985, apresentou avanços e recuos, sendo marcada por fases de maior abertura e outras de considerável autoritarismo. Ainda que os dez últimos anos do regime tenham sido pontuados por significativos movimentos de oposição, percebe-se que continuavam existindo forças contrárias à volta aos quartéis. A luta pela redemocratização do país - por meio da sociedade civil organizada e de parte dos militares, como o grupo castelista – foi, ao final, suficiente para modificar a estrutura política do Brasil.

Geisel e Golbery cunharam a expressão "abertura lenta, gradual e segura" para denominar a forma de governar o país entre os anos 1974 e 1979. A vitória da candidatura de Geisel representou, por si só, a volta dos castelistas ao poder e o início de significativa distensão na política interna. Em termos de corporação militar, faz-se mister notar que os anos Médici haviam assistido à autonomização do aparelho repressivo do Estado e a conseqüente quebra de hierarquia na execução de tortura. Tal cenário criou desafios para o presidente subsequente, bem como exacerbou a insatisfação popular. Neste mesmo sentido, os choques do petróleo e o fim do milagre econômico tornavam o regime militar mais frágil à críticas, comprometendo a "legitimação pela eficácia", expressão do Ministro Roberto

Campos que serviu como técnica utilizada pelos generais-presidentes para justificar a supressão de liberdades.

Ser lenta, gradual e segura significava que a abertura deveria acomodar os interesses divergentes que existiam na sociedade e no governo, promovendo uma transição sem "acerto de contas". Para tanto, equilíbrio delicado entre, por um lado sinalizações de abertura e, por outro pressões por fechamento (linha-dura) pode ser observado durante todo o período. A demissão do ministro Sílvio Frota, por exemplo, explicita que mortes por tortura, como a do jornalista Vladimir Herzog não mais seriam toleradas. Além disso, estava claro que não se pretendia instalar comissões de verdade para apurar os abusos do regime militar brasileiro – o que impossibilitava o surgimento de uma versão nacional do processo de solução interna construído na Espanha (Pacto de Moncloa). Assim, o gradualismo marcou a transição, ainda que os movimentos sociais cumprissem seu papel de acelerar tal ritmo.

A eleição de 1974 demonstrou a força da insatisfação nacional com os rumos da política. Desde 13 de dezembro de 1968 o país encontrava-se sob o manto do AI-5 e as guerrilhas urbanas e rurais já não existiam. A forma encontrada para exteriorizar opiniões dava-se, por conseguinte, pelos votos na oposição (MDB) e por meio de gestos cotidianos de protesto, como a compra de jornais perseguidos, como o "Pasquim". A vitória do MDB em vários Estados importantes teve impacto no governo que, não pretendendo retirar-se imediatamente da cena política, lançou a Lei Falcão e, posteriormente, o Pacote de Abril. A primeira legislação primava por impedir propaganda falada na televisão, dentre outras restrições, enquanto o Pacote de Abril, de 1977, criava senadores biônicos escolhidos indiretamente. Em conjunto, nota-se que por mais que o slogan oficial fosse em favor da abertura, essa sempre seria, na medida do possível, controlada.

Paralelamente às movimentações políticas propriamente ditas, ocorria a ascensão de forças sociopolíticas com fortes demandas pelo fim do regime. Ao lado de figuras como Golbery do Couto e Silva e de sua tentativa de restabelecer o controle sob o Sistema Nacional de Informações (SNI), havia organizações civis e religiosas lutando pela redemocratização, ainda que muitas vezes na ilegalidade. Percebe-se a crescente atuação da Pastoral da Terra e da Juventude Universitária Católica, assim como da União Nacional dos Estudantes. Com o passar dos anos, o fim do regime torna-se uma aspiração de boa parte da sociedade, visto que a opção pelo uso da força, em 1964, ocorrera para se evitar a "catástrofe comunista" – não constituindo cessão de mandato ad infinitum aos militares. A falta de clareza inicial sobre o tempo que o restabelecimento da ordem levaria conferiu fôlego ao regime, mas não era suficiente para garantir sua manutenção perpétua.

Neste sentido, o movimento da Anistia, de 1979, representou momento de união popular em prol da abertura, a qual foi instrumentalizada, inclusive para preservar os militares em relação às suas atitudes enquanto fora dos quartéis. A Anistia foi concedida a todos, de esquerda e de direita, civis e militares – impedindo soluções mais apuradas em termos de justiça. Neste mesmo ano, o Presidente suspendeu a execução do AI-5, sinalizando que o processo de abertura era sem retorno, apesar das resistências de alguns grupos militares que faziam parte do governo. A Campanha das "Diretas Já", já no ocaso do governo Figueiredo, também contou com ampla participação popular, apesar do malogro parlamentar da Emenda Dante de Oliveira.

Os vinte anos de regime militar não eram inicialmente esperados pela maior parte de seus executores e base de apoio, tendo transcorrido sem um plano acordado e discutido de forma clara e pública. A presença militar na política ocorreu no Brasil em período análogo às experiências no resto da América Latina, Espanha e Portugal. Os motivos para a extensão do regime brasileiro, contudo, são variados, mas pode-se perceber que houve resistência ao

projeto desde seus primeiros momentos – tendo aumentado progressivamente ao longo da segunda metade do regime.

A busca por uma abertura lenta, gradual e segura foi o mecanismo encontrado para uma transição sem revolução, ainda que existissem forças terminantemente contrárias ao prolongamento do regime. O papel da sociedade civil e o esforço de representantes do grupo castelista foram, assim, complementares para a abertura, ainda que em lados opostos do espectro: o primeiro grupo buscando aumentar o ritmo de abertura enquanto o segundo precisava dosar a extensão das mudanças, de modo a manter seu controle e evitar as pressões e retrocessos da linha-dura. Tendo sido a volta aos quartéis decidida, restava gerenciar o seu ritmo e garantir as menores conseqüências para tal atitude.

Questão 2

Os antecedentes da formação do espaço territorial brasileiro encontram-se, em grande parte, no período da colonização portuguesa. Para definir as soberanias territoriais das potências colonizadoras na América do Sul, Portugal assinou, naquele período, tratados diplomáticos com a França e a Espanha.

Nesse contexto, comente:
- a importância dos Tratados de Utrecht;
- o resultado das negociações entre 1750 e 1801; e
- a ação de D. João VI no período em que esteve no Brasil (1808-1821).

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

RODRIGO DE OLIVEIRA MORAIS (30/30)

Ainda no século XV, na condição de potências marítimas, Portugal e Espanha por duas vezes dividiram o mundo entre si: primeiro pela Bula Inter Coetera, depois pelo Tratado de Tordesilhas. Esse último estabeleceu um meridiano que dividiria o continente sul-americano entre as nações ibéricas: a Leste para Portugal, a Oeste para a Espanha. Ao longo dos séculos posteriores ao tratado e à descoberta, ou "achamento", do Brasil, o meridiano de Tordesilhas seria seguidamente ignorado por ambos os países. Ao mesmo tempo, outras potências, insatisfeitas com aquela divisão, reclamavam sua parte na "herança de Adão". Desse modo, as questões de limites, a conquista e a manutenção das possessões ibéricas na América foram objeto de uma série de acordos.

Os dois tratados de Utrecht (1713 e 1715) tiveram importância para Portugal, no contexto da América do Sul, ao reconhecerem, respectivamente, a legitimidade da posse portuguesa sobre os territórios da margem norte do Amazonas e da Colônia do Santíssimo Sacramento. Conseqüência da conclusão de guerras européias em que Portugal esteve ao lado da Inglaterra e a Espanha aliada à França, ambos beneficiaram a Coroa portuguesa. No norte, a presença francesa datava pelo menos do século XVII, quando da fundação de São Luís, com a instalação da França Equinocial, empresa que desagradava aos ingleses. No Sul, a Colônia de Sacramento foi permanente pomo de discórdia entre portugueses e espanhóis na disputa pelo controle do Prata.

Em 1750 seria concluído entre Portugal e Espanha o Tratado de Madrid, idealizado pelo santista Alexandre de Gusmão. Ao estabelecer um tratado geral de fronteiras, dividindo o continente entre as duas potências, esse acordo fixou aqueles que viriam a ser os limites do Brasil moderno. Nas palavras de Synésio Sampaio Goes Filho, o Tratado de Madrid

concretizou o desenho do território brasileiro de acordo com o mito da Ilha Brasil. Foi, sem dúvida, o mais importante tratado de limites entre Portugal e Espanha, cujo legado permanece, ainda hoje, vivo. Nele foram estabelecidos paradigmas jurídicos que preservariam sua validade em decisões posteriores.

A obra magna de Alexandre de Gusmão foi edificada em contexto de iminente guerra sistêmica entre Inglaterra e França, uma vez mais. Como secretário do rei Dom João V e integrante do Conselho Ultramarino, Alexandre negociou secretamente com a Espanha os limites sul-americanos, tendo como contraparte espanhola Dom José de Carvajal y Lancaster. As negociações começaram em 1746 e foram concluídas de acordo com as diretrizes traçadas pelo santista. Dois aspectos são essenciais para a compreensão do Tratado de Madrid: o conceito de fronteiras naturais e o de uti possidetis. O primeiro visava a dar referências concretas para os limites, usando cursos fluviais e elevações topográficas. Evitar-se-ia, assim, o estabelecimento de fronteiras abstratas, "indemarcáveis", como as de Tordesilhas. O segundo, recuperado por Gusmão do direito privado romano, matéria em que se doutorara, garantiria a posse da terra para aquele que a ocupasse de fato. Em que pese o consentimento espanhol, ambos os critérios revelaram-se favoráveis a Portugal.

Deve-se ressaltar que o Tratado de Madrid representou uma compensação global entre Portugal e Espanha, na qual essa reconheceu como legítimo o avanço português além-Tordesilhas no Norte, no Oeste e no Sul do continente sul-americano. De sua parte, Portugal legitimava o avanço espanhol no Pacífico sobre as Ilhas Filipinas e as Molucas. Ademais, ambas as potências concordavam em não alterar suas fronteiras na América do Sul como resultado de guerras entre países europeus, com o que tentavam afastar ingleses e franceses de suas possessões. No Sul, Alexandre de Gusmão teve a sensibilidade necessária para abrir mão de Sacramento, entendendo que era inviável mantê-la e que a Espanha a valorizava sobremaneira. Em troca, garantiu para Portugal a Bacia Amazônica (ocupada legitimamente durante a União Ibérica), o Mato Grosso (atingido após a descoberta de metais preciosos) e o Rio Grande do Sul (fronteira estratégica no contexto platino).

Grande parte do sucesso português se deve ao conhecimento cartográfico acumulado previamente. Sem o mesmo arsenal, a Espanha não teve como questionar, por exemplo, o Mapa das Cortes. Contava-se, ainda, com a influência de Dona Maria Bárbara e com a percepção espanhola de que o avanço português era irreversível e um tratado evitaria novas perdas.

A morte de Dom João V, porém, resultou na ascensão de forças contrárias ao tratado, também malvisto entre os espanhóis. Sebastião de Carvalho e Melo, particularmente, era contra a cessão de Sacramento por Sete Povos. Em 1761, o Tratado de El Pardo anulou o de Madrid, cujos limites, observe-se, não chegaram a ser demarcados. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso praticamente restabeleceu Madrid, exceto no Sul, onde havia novas perdas portuguesas. Ildefonso, entretanto, permaneceu preliminar, jamais sendo efetivado. No contexto da Guerra das Laranjas, assinou-se o Tratado de Badajoz, que não validava qualquer acordo anterior.

Transmigrada a Corte Bragantina para o Brasil, Dom João denunciou o Tratado de Badajoz. Deu início, então, a uma política expansionista contra os territórios dos países que haviam forçado a sua saída de Portugal: franceses ao Norte e espanhóis ao Sul. A importância geopolítica dessas regiões consistia no controle da foz do Amazonas e do Prata. Nessa região, tentou anexar a Banda Oriental em 1816, sendo impedido pelos ingleses. Finalmente, em 1821, atingiria seu objetivo, incorporando a Província Cisplatina, que continuaria a ser objeto de disputa no Império, entre brasileiros e argentinos, até 1828, quando se tornou independente, com o apoio de Ponsonby.

De modo geral, é possível afirmar que, apesar das marchas e contramarchas, o Tratado de Madrid foi o grande paradigma para o estabelecimento das fronteiras terrestres brasileiras. O predomínio das fronteiras naturais e o uso do uti possidetis de facto por Duarte da Ponte Ribeiro, contra as pretensões hispano-americanas pelo uti possidetis de jure, demonstram toda a sua força, tendo sido validado por quase todos os vizinhos brasileiros, exceção feita à Colômbia e à Argentina. Aceitaram-no, portanto, Peru (1851), Bolívia (1867), Uruguai (1851), Venezuela (1859) e Paraguai (1872). O território do Acre, outra exceção, foi obtido pelo Tratado de Petrópolis, em 1903. Assim, é válida a afirmação segundo a qual, apesar de sua anulação, o Tratado de Madrid desenhou o corpo da pátria.

Questão 3

Entre 1862 e 1868, o Império do Brasil viu a instalação de seis Gabinetes, formados sucessivamente, em razão de lutas internas.

Discorra a respeito da evolução dessa conjuntura e de sua repercussão sobre a ação externa brasileira, em particular quanto às questões da região platina.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

HUGO DE OLIVEIRA LOPES BARBOSA PEREIRA PINTO (17/20)

Durante os anos de 1862 a 1868, esteve no poder, no Brasil, a chamada "Liga Progressista", considerada liberal. Os muitos gabinetes formados pela Liga refletem os problemas intestinos a ela e sua tentativa de legitimar-se no poder. No período, a política brasileira intervencionista na região do Prata continuou, como ocorria desde 1848, quando o gabinete conservador de então implantou o que Amado Luiz Cervo chama de "grande política americanista", após anos de imobilismo. Como forma de angariar apoio interno, o Império, sob governo do gabinete da Liga, perpetrou a invasão do Uruguai, o rompimento de relações diplomáticas com a Inglaterra e a Guerra do Paraguai.

A Liga Progressista, formada por liberais e conservadores moderados, ascendeu ao gabinete em 1862. Liderada por Zacarias de Góes e Nabuco de Araújo, a Liga era uma tentativa de segregar os liberais e conservadores mais radicais, mantendo uma forma de conciliação. Os problemas enfrentados pela Liga, no entanto, ensejaram inúmeras mudanças de gabinete e certa instabilidade. Como forma de conseguir apoio interno, a Liga valeu-se da política externa intervencionista no Prata, aos moldes da que foi perpetrada durante os anos de gabinete daqueles que Ilmar Mattos chama de "trindade saquarema", os conservadores radicais, entre 1848 e 1852. A tentativa de parecer mais assertivo em suas ações fez, ainda, com que o gabinete rompesse as relações brasileiras com a Inglaterra, com a Questão Christie.

Em 1864, os blancos uruguaios estavam no poder naquele país, antes com Berro e depois com Aguirre. Aliado dos colorados, os oposicionistas de então, o Império ressentia-se do aumento de impostos para o gado gaúcho na região e da renitência dos blancos em estender a vigência dos tratados assinados com o Brasil em 1851, amplamente favoráveis ao Império. Sob pretexto de proteger interesses de brasileiros naquele país, o Império invade o Uruguai, derrubando os blancos. Tentava-se, ademais, com isso, conseguir apoio dos gaúchos ao gabinete de então. Antes, a Questão Christie, ensejada pela prepotência do representante inglês no Rio de Janeiro após o naufrágio de um navio inglês e a prisão de dois

marinheiros daquele país, fez com que o Império expulsasse o representante inglês e rompesse relações com a Inglaterra, em tentativa de parecer mais firme em suas posições.

Com a invasão do Uruguai, o ditador do Paraguai, Solano López, imagina que seu país poderia ser o próximo alvo da política intervencionista nacional. Ao invadir o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, passando, sem permissão, por território argentino, López faz com que Brasil, Argentina e Uruguai formem a Tríplice Aliança em oposição ao Paraguai, como em uma profecia auto-realizável. A Guerra do Paraguai, que se inicia então, pode ser considerada mais um exemplo de intervencionismo imperial, embora a historiografia recente, de Francisco Doratioto a Ricardo Salles, dê relevo ao processo de formação dos Estados nacionais na região, não ao intervencionismo estrito e sem justificativa.

A Guerra do Paraguai é o mote para o fim da Liga Progressista e da volta dos conservadores ao poder, em 1868, terminando o período de sucessão de gabinetes. Economicamente, a guerra devastou as finanças nacionais, retirando parte do poder de ação do gabinete. Militarmente, o país sofria reveses significativos, como a incapacidade de tomar Humaitá, que faziam com que novo comandante para as tropas devesse ser designado, especialmente após o abandono do comando das tropas por Mitre, presidente argentino que, então, se via com problemas internos em seu país. A escolha, para o comando, do Duque de Caxias, conservador, faz com que seja inevitável um gabinete conservador, mesmo porque o gabinete da Liga perdia seu apoio interno. A queda do gabinete de Zacarias de Góes ocorreu, portanto, em 1868, quando Caxias assumiu o comando das tropas da Tríplice Aliança na guerra, vencida, posteriormente, pela própria Aliança.

Enfatiza-se, pois, a importância da política interna para a execução da política externa do país. Entre 1862 e 1868, o fator interno foi determinante, em especial para a política imperial na região do Prata. Não se separa, de maneira estrita, a conjuntura interna do país de sua atuação internacional, ambas inter-relacionando-se. O exemplo do período 1862-1868 é marcante dessa característica. Após 1868, já sob gabinete conservador, o Império continuaria a guerra e a ocupação do Paraguai, encerrando, na década de 1870, sua "grande política americanista". A política interna e a política externa, no entanto, continuariam a se influenciar mutuamente.

Questão 4

Nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, o Brasil promoveu processo de inserção internacional marcado por crescente participação no sistema multilateral.

Nesse âmbito, disserte a respeito do papel do Brasil:
- na construção de regras para o comércio internacional; e
- nos trabalhos da ONU voltados para o tema da descolonização da África.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

LEONARDO WESTER DOS SANTOS RIBEIRO (19/20)

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo início da Guerra Fria, que se caracterizou pelo conflito ideológico entre o capitalismo e o comunismo. Nesse contexto, a atuação internacional de países como o Brasil, que buscavam recursos para viabilizar seu desenvolvimento interno, estava limitada por aquele conflito. A solução encontrada pela diplomacia brasileira foi participar, de maneira ativa, das discussões em foros multilaterais de comércio, de modo a garantir a formação de regras internacionais que beneficiassem

países em desenvolvimento, bem como em instâncias políticas que assegurassem o princípio da autodeterminação dos povos.

Em 1944, antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil participou ativamente das reuniões de Bretton Woods, que criariam órgãos multilaterais para a regulação dos sistemas econômico e financeiro internacionais. Em 1947, também foi atuante nas negociações que resultaram no acordo do GATT, diante do fracasso em instituir-se a Organização Internacional do Comércio. Esse período coincide com o projeto desenvolvimentista brasileiro, inaugurado no período Vargas e conduzido pelos governos seguintes, em maior ou menor grau. Para isso, era fundamental que o Brasil se engajasse nas negociações multilaterais de comércio.

Na década de 1950, começa a ganhar força no Brasil a tese cepalina de deterioração dos termos de troca, pela qual os produtos agrícolas, produzidos por países em desenvolvimento, tenderiam a ter seus preços depreciados em comparação aos produtos manufaturados exportados por países desenvolvidos. Não obstante, o Brasil tinha por objetivo garantir a redução tarifária de produtos agrícolas, especialmente o café, para que pudesse aumentar suas exportações e, consequentemente, viabilizar seu projeto desenvolvimentista, por meio da geração de receitas.

Essa aparente contradição entre a teoria cepalina e o projeto de aumento das exportações brasileiras teve repercussão nas negociações comerciais internacionais das quais o Brasil participou. A atuação da diplomacia brasileira foi importante para o sucesso das diversas rodadas de negociação do GATT, que contribuíram, de fato, para reduzir as tarifas que restringiam o comércio internacional. Ao mesmo tempo, o Brasil uniu-se a outros países em desenvolvimento, para reivindicar acesso a mercado nos países desenvolvidos, como ficou demonstrado pela atuação no âmbito da UNCTAD, na Organização das Nações Unidas (ONU). Foi neste órgão que a diplomacia brasileira atuou de maneira destacada, com o objetivo de reduzir as assimetrias entre países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.

No que tange a participação brasileira nos trabalhos da ONU para a descolonização africana, sua atuação foi crescente, uma vez superado o relativo afastamento da diplomacia brasileira nessas discussões. Como forma de participar de suas reuniões, o Brasil ingressou no Conselho de Tutela da ONU, que era o órgão responsável pelo tema da descolonização. O Brasil passou a apoiar os processos de independência afro-asiáticas, tendo como base o princípio de autodeterminação dos povos, especialmente após a formulação da Política Externa Independente (PEI), durante o governo de Jânio Quadros. Nesse momento, no entanto, ainda havia certa contradição quanto à descolonização de colônias portuguesas na África, em decorrência dos fortes laços que uniam o Brasil à sua ex-metrópole. O apoio incondicional à descolonização africana viria apenas durante o regime militar, especialmente com o "pragmatismo responsável e ecumênico" do governo Geisel, quando o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA, em Angola. Essa atuação demonstra o caráter pragmático da política externa brasileira, que precisava de apoio de países afro-asiáticos em temas multilaterais, especialmente aqueles relacionados ao comércio internacional.

O contexto da Guerra Fria, portanto, levou a diplomacia brasileira a engajar-se de forma autônoma nas discussões multilaterais de comércio e de descolonização, especialmente na África. Em questões comerciais, o Brasil participou ativamente das reuniões do GATT, além de ter sido membro-fundador de diversas organizações comerciais temáticas, como a Organização Internacional do Café, durante a década de 1950. Já em questões de descolonização, houve evolução do papel da diplomacia brasileira, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o reconhecimento da independência de Angola, no governo Geisel.

Ambos são exemplos de que há aprofundamento e continuidade da política externa brasileira ao longo do tempo, independentemente do regime político em vigor no país.

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa (Primeira Fase):
1. Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.
2. Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.
3. As Relações Internacionais.Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.
4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.
5. A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.
6. Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.
7. A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia sugerida:

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: UNESP, 2003.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 a Nossos Dias**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BROGAN, Hugh. **The Penguin History of the USA: new edition.** New York: Penguin, 2001.

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. São Paulo: Editora Globo, 1994, 2v.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise, 1919-1939.** Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Orgs.). **História do Cone Sul**. Brasília, Editora UnB/Revan, 1998.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

________. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

________. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações Internacionais: teoria e história.** São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A Humanidade e Suas Fronteiras: do Estado soberano à sociedade global.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

McWILLIAMS, Wayne; PIOTROWSKI, Harry. **The World Since 1945: a History of International Relations**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.

ROBERTS, J. M. **The Penguin History of the Twentieth Century: The History of the World, 1901 to the Present**. Londres: Penguin, 2004.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.) **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Editora Saraiva/IBRI, 2007.

SPENCE, Jonathan D. **The Search for Modern China**. New York: W. W. Norton, 1999.

VAISSE, Maurice, **Les Relations Internationales Depuis 1945**. Paris: Armand Collin, 2004.

WATSON, Adam. **A Evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora UnB, 2004.

***

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

1. História da Geografia:
    - 1.1 Expansão colonial e pensamento geográfico.
    - 1.2 A Geografia moderna e a questão nacional na Europa.
    - 1.3 As principais correntes metodológicas da Geografia.
2. A Geografia da População.
    - 2.1 Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo.
    - 2.2 Os grandes movimentos migratórios internacionais e intra-nacionais.
    - 2.3.Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações.
3. Geografia Econômica.
    - 3.1 Globalização e divisão internacional do trabalho.
    - 3.2 Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais.
    - 3.3. Energia, logística e re-ordenamento territorial pós-fordista.
    - 3.4. Disparidades regionais e planejamento no Brasil.
4. Geografia Agrária.
    - 4.1 Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais.
    - 4.2 Estruturação e funcionamento do agro-negócio no Brasil e no mundo.
    - 4.3. Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro.
5. Geografia Urbana.
    - 5.1. Processo de urbanização e formação de redes de cidades.
    - 5.2. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais.
    - 5.3.Dinâmica intra-urbana das metrópoles brasileiras.
    - 5.4. O papel das cidades-médias na modernização do Brasil.
6. Geografia Política.
    - 6.1. Teorias geopolíticas e poder mundial.
    - 6.2.Temas clássicos da Geografia Política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço.
    - 6.3. Relações Estado e território.
    - 6.4. Formação territorial do Brasil.
7. Geografia e gestão ambiental.
    - 7.1. O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais
    - 7.2. Macro-divisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas
    - 7.3. Política e gestão ambiental no Brasil.

Bibliografia sugerida:

BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Bertha & EGLER, Claudio. **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

GREGORY, Derek et alli. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa (org.) **Patrimônio Natural Brasileiro**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro:Record, 2000.

________ & SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil. Território e Sociedade no Limiar do Século XXI.** Rio de Janeiro:Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THÉRY, Hervé & MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: EDUSP, 2005.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha et alli. **Geografia e meio ambiente no Brasil.** 2.ed. São Paulo:Hucitec.1995.

CASTRO, Iná Elias et alli. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia.** São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil.** São Paulo:Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

Prova de 2009

Questão 1

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo e apresenta taxas anuais de crescimento da produção bem superiores à média mundial. Apesar disso, a área destinada à agricultura ainda é pequena, se comparada à de outros grandes produtores mundiais, como a China e os Estados Unidos da América (EUA). Indique o percentual aproximado do território brasileiro destinado à produção agrícola e identifique os principais entraves existentes hoje para a expansão das terras agricultáveis.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

MARIANA MACIEL FONSECA (30/30)

O Brasil é considerado "celeiro agrícola" do mundo, muito embora a área destinada à agricultura no país seja ainda pequena, relativamente a países como China e Estados Unidos. Não mais do que 20% do território brasileiro destina-se à produção agrícola, mas as taxas anuais de crescimento da produção superam a média mundial. A agroindústria brasileira, altamente intensiva, mecanizada e competitiva no mercado global, esbarra em entraves existentes para a expansão das terras agricultáveis.

Desde a Colônia, o Brasil caracteriza-se por ser país agroexportador. Sem encontrar minerais preciosos, os portugueses introduziram a cultura da cana-de-açúcar para povoar a terra. Estabelecida nas franjas litorâneas, a cultura perduraria até depois da independência e dos ciclos do ouro e do café, embora com menor importância na pauta exportadora. O café, no Vale do Ribeira e depois no Oeste Paulista, adentrou um pouco mais o território. O algodão no Maranhão, o cacau no sul da Bahia e a borracha na Amazônia eram núcleos do arquipélago territorial de então. As características de equatoriedade e de tropicalidade do Brasil, com alta incidência solar e abundância de recursos hídricos, além da presença de terras férteis, como os latossolos massapé e terra roxa, favoreceram a agricultura brasileira, que servia a lógica "alienígena" e "extrovertida" (Milton Santos).

Hodiernamente, a pauta exportadora brasileira também apresenta produtos agrícolas no topo, como a soja, embora a agricultura componha hoje parcela bem menor do PIB brasileiro. A economia do país é mais diversificada e o Brasil exporta produtos de alto valor agregado, como aviões da Embraer. Os produtos agrícolas continuam a ser produzidos em grande parte do Brasil. Na atualidade, contudo, as técnicas evoluíram muito.

Desde os anos da década de 1940, a Revolução Verde melhorou os maquinários e fertilizantes, a montante da cadeia de produção agrícola. Nos anos de 1970, surgem os complexos agroindustriais no Brasil, como define Francisco Graziano: a indústria a montante do processo agrícola e a jusante, de beneficiamento dos produtos. A agroindústria pôde acelerar os tempos da natureza e introduzir o meio técnico-científico-informacional no campo. No Brasil, a criação da EMBRAPA, em 1972, evidencia esse fenômeno. A soja, por exemplo, passou a ser cultivada nos ácidos solos do Centro Oeste por meio do método conhecido como calagem. Essas tecnologias permitiram que a agricultura brasileira se tornasse altamente intensiva e ocupasse áreas mais exíguas, embora subsista agricultura familiar no Sul e no Nordeste baseada em técnicas mais simples – há "acumulação desigual de tempos" no espaço, de acordo com Milton Santos.

Um dos entraves atuais para expansão de terras agrícolas, contudo, é a existência de grandes latifúndios improdutivos. Muitas vezes, a produção de alimentos concentra-se em uma pequena parte dessas terras e destina-se à exportação, ao contrário da produção familiar nordestina (mandioca, feijão) e sulina, que abastecem o mercado interno. A especulação fundiária prejudica a expansão da agroindústria e a reforma agrária constitui questão de difícil dirimição política no Brasil.

Outro empecilho para a expansão das terras agricultáveis é a pecuária altamente extensiva no Brasil. O gado criado solto em largas pastagens pode ser uma vantagem comparativa, pois evita problemas como o da "vaca louca", mas também devasta vegetações e ocupa grandes espaços que poderiam ser utilizados para expandir terras agricultáveis.

Um terceiro quesito que dificulta a expansão de terras agricultáveis é a prudente política de conservação ambiental. Em 2000, o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – estabeleceu no Brasil áreas preservacionistas, como estações ecológicas, e áreas conservacionistas, como as florestas nacionais (flonas), a fim de conter problemas de devastação ambiental, como o desmatamento. O bioma biodiverso da Amazônia é ameaçado

ao longo da BR-364, "rodovia da soja", onde observa-se o desmatamento "espinha de peixe". Ao longo da BR-163, o gado pasta livremente no sul do Pará, estado que emite muito CO2 devido ao desmatamento.

Os parques nacionais podem conter essa devastação, como bem exemplifica o Parque Indígena do Xingu, no norte do Mato Grosso, uma mancha verde em meio a região devastada pelo cultivo mecanizado da soja. Cabe diferenciar parques preservacionistas, como o Xingu, de áreas conservacionistas, como as flonas, em que atividades econômicas de desenvolvimento sustentável são permitidas.

Dessa feita, latifúndios improdutivos, pecuária extensiva e a questão ambiental são exemplos de entraves para a expansão de terras agricultáveis no Brasil. No entanto, mesmo assim as taxas anuais de crescimento da produção de alimentos são elevadas, porque a agroindústria brasileira é altamente produtiva e competitiva no mercado de commodities globais, caracterizado por subsídios de nações desenvolvidas, do qual a PAC- Política Agrícola Comum – européia é exemplo. Há produção familiar com técnicas arcaicas, mas a produção de soja no Mato Grosso, de cana-de-açúcar em São Paulo, de manga e de melão no Rio Grande do Norte e de café em Minas Gerais evidenciam quão intensiva e mecanizada pode ser a agricultura brasileira.

Questão 2

No contexto da atual geografia econômica, a África apresenta-se como a nova fronteira de recursos minerais do planeta, em razão das imensas jazidas existentes em algumas regiões daquele continente. Discorra a respeito das perspectivas da exploração de tais recursos, indicando os principais atores envolvidos no processo e explicando as implicações econômicas e políticas dele decorrentes.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

MARCELO SANTA CRUZ DE FREITAS FERRAZ (30/30)

A África é uma região rica em recursos naturais. Desde o século XVI, potências estrangeiras encontravam-se na região, a fim de explorar os recursos naturais dos países africanos. A crescente demanda internacional por matérias-primas reativa a corrida pelos recursos africanos. Os atores econômicos que atuam na região alteram-se, com a adição de atores provenientes de países emergentes. A lógica de acumulação, contudo, permanece a mesma. A pacificação de alguns dos conflitos internos reduziu o risco da operação de empresas em alguns países, o que colocou essas nações no mapa de exploração de empresas transnacionais.

O crescimento econômico de países de antes economia pouco relevante no contexto internacional aumentou a demanda por matérias primas. China e Índia, principalmente, aumentaram suas demandas de recursos naturais necessários para o crescimento de suas indústrias. Os processos energointensivos das indústrias chinesas engendraram o aumento da demanda por energia importada. Essa energia é proveniente, sobretudo, de fontes fósseis não renováveis como o carvão, abundante em território chinês, e o petróleo, escasso nos territórios chinês e indiano. O desenvolvimento industrial de China e de Índia passa também pela indústria de base, que tem na siderurgia sua pedra fundamental e demanda minério de ferro em profusão.

Historicamente, as potências europeias exploram materiais nobres na África. Ouro e diamante são minerais explorados pelas transnacionais europeias há séculos. Esses atores têm sua presença mantida nas economias africanas e seus imnpactos são sentidos somente fora da África.

A adição de países antes periféricos na economia mundial tem consequências nas economias e na política da África. O cenário internacional não é o mesmo do século XIX. Países em desenvolvimento querem, agora, seu quinhão dos recursos naturais africanos.

O petróleo é o recurso natural mais relevante no norte da África e de alguns países da África subsaariana. Os atores econômicos que atuam nesses países são, predominantemente, transnacionais. A Nigéria é um dos países com as maiores reservas petrolíferas do mundo. Empresas transnacionais como as Sete Irmãs exploram os ricos recursos petrolíferos do país, principalmente na região do delta do rio Níger. Os recursos ali explorados, contudo, não são repassados às populções locais, que se encontram insurretas em relação ao governo central. Aquele lugar é, portanto, subordinado à capital nigeriana, cujas decisões a respeito do petróleo estão subordinada aos centros de decisão das transnacionais. A riqueza natural encontra-se, desse modo, nas mãos das elites nigerianas em Abuja e nas mãos dos acionistas das empresas transnacionais que exploram o petróleo. Angola é outro país rico em petróleo. O fim da guerra civil possibilitou a prospecção de recursos em território angolano por empresas transnacionais. Nesse país, destaca-se a persença de uma transnacional de um país emergente: a Petrobrás. A Petrobrás explora petróleo em Angola, e a similiaridade da plataforma continental angolana em relação à brasileira indica que existe a possbilidade de haver petróleo na camada pré-sal angolana. O rápido crescimento da indústria petroleira nesse páis tornou Luanda uma das capitais mais caras do mundo. O benefício, contudo, não atinge o interior do país. Expatriados e funcionários de transnacionais movem a economia de Luanda, que importa quase todos os produtos ali consumidos. O Sudão é outro país em que a produção de petróleo decola. Transnacionais chinesas como a SINOPEC atuam no território sudanês, avessas às violações de direitos humanos perpetradas pelo governo de Cartum. A China leva ao Sudão a tecnologia, os materiais e até mesmo a mão-de-obra empregada no país. Como nos casos anteriores, o Sudão tem as rendas auferidas pelo petróleo concentradas nas elites árabes do norte do país, enquanto o restante do país mantém-se na pobreza. A exploração petrolífera na África, portanto, não proporciona a industrialização desses países, e as rendas petrolíferas não atingem todas as sociedades. Do mesmo modo, a avidez de países como a China por energia defende elites violadoras de Direitos Humanos nos países ricos em petróleo. Empresas, como a Petrobrás, contudo, podem ainda explorar recursos em locais como Angola, que saiu há poucos anos de uma guerra civil fratricida.

O fim da guerra civil em Moçambique possibilitou a exploração de metais não ferrosos no país. As vastas jazidas de bauxita e a presença de uma grande hidrelétrica na região permitem que o país possa produzir alumínio. Contudo, o país carece de quadros técnicos e de tecnologia que tornem possível a exploração das riquezas naturais do país. O porto de Beira é um importante fixo que permite a Moçambique estabelecer fluxos de escoamento do alumínio no mercado internacional. Os laços culturais entre Brasil e Moçambique tornam mais fáceis a instalação de empresas como a Vale em território moçambicano. Ao contrário do petróleo, a fabricação de alumínio em Moçambique é atividade que impulsionaria outras atividades econômicas nesse país.

O diamante é um recurso presente em países da costa oeste da África. Costa do Marfim, Libéria e outros países exportam diamantes para o mundo. A exploração, contudo, não requer alta tecnologia e está a cargo de grupos políticos que controlam esses Estados por meio da força. Os "diamantes de sangue" entram no mercado mundial, apesar das violações de direitos humanos ocorridas durante a exploração. A produção na África do Sul e

em Botsuana utiliza outro modelo. A transacional De Beers usa técnicas modernas de exploração de diamantes nesses países. A profundidade em que as gemas se encontram requer a tecnologia de que pequenas empresas não dispõem. A exploração nessas áreas, contudo, leva as riquezas para fora desses países, para os grupos belgas que controlam a empresa monopolista. África do Sul é um país rico, também, em ouro. A exploração se dá por empresas de grande porte, no mesmo modelo da exploração de diamantes.

A exploração de recursos minerais na África é uma oportunidade para empresas brasileiras como a Vale e a Petrobrás. A exploração, contudo, não trouxe, historicamente, impactos econômicos positivos aos países que receberam investimentos transnacionais, como o Sudão e a Nigéria. A riqueza mineral trouxe, também, tensões políticas nesses países, em que grupos políticos disputam, ainda hoje, os recursos oriundos dessa exploração. A entrada de novos atores na África, como a China, cujos valores diferem dos ocidentais, reduzirá a influência ocidental na região.

Questão 3

Em 2007, o IBGE elaborou estudo acerca das regiões de influência das cidades, em que se configurou uma hierarquia formada por uma grande metrópole nacional e centros metropolitanos secundários. Descreva o processo econômico-social que tem condicionado a evolução da rede urbana brasileira.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

MARINA DE ALMEIDA PRADO PENHA BRASIL (20/20)

O processo de urbanização brasileiro, devido à especificidade de formação de uma Região Concentrada, tem que ser dividido, pois diferentes partes do território sofrem processos diversos. Dessa forma, na Região Concentrada, nota-se a formação de uma Grande Metrópole Nacional, São Paulo, duas metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e Brasília, e, de forma geral, uma tendência à desmetropolização, com formação de cidades médias. Fora da Região Concentrada, há duas outras formas de urbanização, a que caracteriza o Centro Oeste brasileiro e a que acarreta o processo de metropolização no Norte e no Nordeste do país.

A Região Concentrada corresponde à área de desenvolvimento tradicional da indústria, motivada por razões como proximidade do maior mercado consumidor. Essa industrialização foi capitaneada pela região metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro, gerando rápido processo de urbanização e metropolização. No entanto, recentemente, houve um processo de desconcentração concentrada das indústrias, que, por razões como incentivos fiscais, terrenos mais baratos, sem distanciamento em demasia do mercado consumidor, adentraram o interior e passaram para os estados mais diretamente influenciados pelo Sudeste, qual seja, os do Sul. São exemplos dessa desconcentração concentrada as fábricas automobilísticas da Renault e da Nissan que optaram por Curitiba, da Fiat em Betim e da Toyota em Indaiatuba, respectivamente no Paraná, em Minas Gerais e no interior de São Paulo. Essa desconcentração somada a uma opção por maior qualidade de vida gerou o crescimento de cidades médias na Região Concentrada, que unem benefícios da urbanização, sem as externalidades negativas das metrópoles.

O crescimento das metrópoles, em especial de São Paulo, que se distanciou das demais, deve-se a concentração de valor dos serviços e, portanto, ao processo de

terceirização. No Rio de Janeiro, a concentração de valor liga-se aos serviços relacionados ao petróleo, e, em Brasília, aos serviços públicos e aos voltados para o consumo, com destaque para a homogênea classe de bem-remunerados funcionários públicos que trabalham no Distrito Federal.

A urbanização do Centro Oeste, por outro lado, explica-se pela expansão da fronteira agrícola sob domínio do complexo agroindustrial, em que se destacam as indústrias à jusante e os serviços para a agroindústria, como os financeiros. Nesse sentido, houve um crescimento de cidades médias que concentram esses serviços e indústrias de processamento, bem como servem de residência para aqueles que trabalham no campo, caracterizando o meio técnico-científico-informacional no campo, pois devido aos fluxos de informações permite-se a separação entre o local de residência e o de trabalho.

No Norte e Nordeste do país, por seu turno, o Estado capitaneou o processo de urbanização dos estados, e as indústrias surgiram por meio de pólos, como a Zona Franca em Manaus e o pólo petrolífero de Camaçari na Bahia. Outros incentivos como o Projeto Grande Carajás, os portos de Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco, bem como a refinaria de Abreu e Lima auxiliam a intensificar a importância desses pólos e das grandes cidades que estão perto deles. Dessa forma, ao contrário da tendência nacional de desmetropolização, há nessas regiões um processo de metropolização, com destaque para Manaus e Belém, no Norte, e para Fortaleza, Recife e Salvador, no Nordeste.

Questão 4

A proposta de criação do Estado da Palestina — retomada recentemente pelo presidente dos EUA, Barack Obama — esbarra na questão dos refugiados e do "direito ao retorno". De que forma a demografia palestina se apresenta como óbice para a consecução dessa proposta?

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

EDEN CLABUCHAR MARTINGO (20/20)

A Questão Palestina é dos temais mais complexos das relações internacionais atuais, porque entrelaça aspectos econômicos, políticos, culturais e religiosos. Dentre as diferentes condicionantes do problema, um dos mais sensíveis é o do direito de retorno dos refugiados palestinos e seus descendentes. Durante a gestão Clinton nos EUA, chegou-se a avançar bastante no projeto de criação do Estado Palestino, mas a recusa de Yasser Arafat em aceitar e extinção do direito de retorno, condição exigida pelos israelenses, entravou as negociações.

Atualmente, a retomada das negociações em um quadro internacional tenso soma-se às dificuldades materiais de se chegar a um acordo. As duas regiões palestinas, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, são áreas altamente povoadas, também porque foram destino de refugiados do território israelense nas duas grandes diásporas palestinas, após a criação do Estado de Israel, em 1948, e após a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Se, por um lado, o retorno dos milhões de refugiados não poderia ser revertido para os territórios atualmente controlados por palestinos, o retorno aos territórios originalmente ocupados por Israel, onde assentamentos e colônias foram implantados, e que é o que os palestinos reivindicam, suporia uma pressão demográfica sobre os recursos naturais e uma disputa pelas parcas terras agriculturáveis tendentes a levar a graves conflitos.

Tal retorno maciço exacerbaria, ainda, a disputa por recursos hídricos que já ocorre no Estado de Israel, em que as populações palestinas acusam o Estado de desviar volumes

desproporcionais de águas da região, especialmente do Rio Jordão, para os modernos projetos de agricultura irrigada israelenses, resultando em disparidade no consumo entre palestinos e israelenses, com grave prejuízo para os primeiros. Tal disputa, em caso de pressão demográfica ainda maior sobre os recursos, levaria à tentativa de tomada do controle das fontes, hoje israelense, ensejando sérias consequências.

Há ainda outra questão relacionada à demografia palestina, mas de ordem política. Com um crescimento vegetativo muito inferior ao das populações palestinas, o povo judeu já pressente o crescente protagonismo dos palestinos com cidadania israelense e direito a voto na vida política do país. O retorno dos refugiados, que só faria sentido em caso de concessão de direitos civis, políticos e sociais equivalentes, criaria uma súbita mudança na correlação de forças eleitorais do país. Há o medo da polarização brusca que seria causada e da enorme mudança no sistema político; se minorias tornarem-se maiorias, o próprio sentido de um "Estado para o povo judeu", que motivou sua criação, ficaria comprometido.

O povo israelense tem um direito histórico de retorno às terras de que saíram, semelhante ao reivindicado pelos sionistas quando da criação de Israel, mas muito mais recente. No entanto, no atual quadro de polarização e mesmo de ódio entre os dois povos, o exercício desse direito em bases completas causaria seríssimos conflitos. O entendimento prévio sobre questões relativas a disputas econômicas e políticas decorrentes da enorme pressão demográfica resultante seria imperativo, assim como o tratamento realista de quantos, e para onde, refugiados poderiam voltar.

***

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

1. Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos.
2. A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação.
3. O Brasil e a América do Sul. Mercosul.
4. A política externa argentina. A Argentina e o Brasil.
5. A política externa norte-americana e relações com o Brasil.
6. Relações do Brasil com os demais países do hemisfério.
7. Política externa francesa e relações com o Brasil.
8. Política externa inglesa e relações com o Brasil.
9. Política externa alemã e relações com o Brasil.
10. A União Européia e o Brasil.
11. Política externa russa e relações com o Brasil
12. A África e o Brasil.
13. A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil.

14. Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã.
15. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
16. A agenda internacional e o Brasil:
    16.1 Desenvolvimento;
    16.2 Pobreza e ações de combate à fome;
    16.3 Meio ambiente;
    16.4 Direitos Humanos;
    16.5 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC);
    16.6 Sistema financeiro internacional;
    16.7 Desarmamento e não proliferação;
    16.8 Terrorismo;
    16.9 Narcotráfico;
    16.10 A reforma das Nações Unidas.

Bibliografia sugerida:

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira**. São Paulo: USP, 1996, 4v.

BAYLIS, John & SMITH, Steve (Orgs.). **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de Política Externa – Posições do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2007.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2002.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora UnB, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

___________. **As Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FONSECA JR., Gelson. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2002.

________. **O Desafio do Capitalismo Global: economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDBLAT, Jozef. **Arms Control: The New Guide to Negotiations and Agreements**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional**. 5 ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2007.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LESSA, Antônio Carlos. **A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais**. Brasília: Funag; IBRI, 2003.

MOREIRA, Marcílio Marques; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (org.). **Atualidade de San Tiago Dantas**. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. Brasília: FUNAG/IPRI, Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

NYE JR, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história**. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

PECEQUILO, Cristina S. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

ROBERTS, Paul. **The End of Oil: On the Edge of a Perilous New World**. Boston: Mariner Books, 2005.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações Internacionais: teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, Integração e Processo Negociador: A Construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e a Construção de uma Potência Média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

VIZENTINI, P. F.; WIESEBRON, Marianne (Orgs.). **Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

Os candidatos poderão servir-se também de periódicos especializados, tais como **Revista Brasileira de Política Internacional** (www.ibri-rbpi.org.br), **Política Externa** (www.politicaexterna.com.br), **Foreign Affairs** (www.foreignaffairs.org) e **Foreign Policy** (www.foreignpolicy.com), bem como das páginas eletrônicas do Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br) e da Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br).

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, tais como toda a série de Manuais do Candidato e a série Teses do CAE:

site na Internet – www.funag.gov.br
e-mail: funag@mre.gov.br
e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (061) 3411-6033/6034/6847/6857
Fax: (061) 3322-2931, 3322-2188

Rio de Janeiro
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
520080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (021) 2233-2318/2079

Prova de 2009

Questão 1
Considerando o atual momento de crise econômica internacional, discorra acerca do papel que o Brasil e outros países emergentes podem desempenhar, no âmbito do chamado G20 Financeiro, na conformação de uma nova arquitetura financeira global e na reforma das instituições multilaterais de crédito.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

NATASHA PINHEIRO AGOSTINI (30/30)

A crise econômica intensa que atingiu o mundo em 2008 tem uma característica que a distingue das anteriores, é a primeira a surgir no coração do sistema capitalista, expandindo-se desde os países centrais para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Diferentemente do que ocorreu com o padrão-ouro, no século XIX e no início do século XX, e com o sistema de Bretton Woods, no pós II Guerra Mundial, no momento atual não existe uma potência hegemônica que possa assegurar a estabilidade da nova arquitetura financeira e econômica que se faz necessária. A ascensão das economias emergentes nos últimos anos reforça o caráter multipolar da estrutura internacional, tornando indispensável a participação desses países na construção das novas regras e instituições.

Um marco dessa renovada importância foi o protagonismo do G-20 Financeiro no concerto internacional de ações de combate à crise. Desde a falência da paridade dólar-ouro e da arquitetura de Bretton Woods, as decisões em matéria econômica e financeira concentravam-se no G-7 + Rússia, o grupo das grandes economias desenvolvidas. O próprio G-20F havia sido criado, em 1999, na esteira das crises que assolaram países como México, Brasil, Rússia e o Leste Asiático, para que os países desenvolvidos pudessem oferecer diretrizes e orientações às grandes economias em desenvolvimento, no nível de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais.

Ocorreu, portanto, uma espetacular inversão de papéis nesse foro internacional, uma vez que os países emergentes tomaram precauções para garantir o crescimento econômico com estabilidade nos últimos anos e, nesse momento, têm melhores condições para enfrentar os impactos da crise mundial do que os países desenvolvidos. Na atual conjuntura, o peso econômico e as garantias de estabilidade transformam os países emergentes em atores centrais na determinação das reformas que devem ser feitas, privilegiando a redução das assimetrias e visando a um sistema internacional mais justo e igualitário, com instituições mais representativas.

Em 2008, durante a presidência brasileira no G-20F, o organismo teve uma reunião no nível de Ministros de Finanças, realizada em São Paulo, e sua primeira reunião de cúpula, realizada em Washington. Os países em desenvolvimento tiveram especial influência nesse protagonismo do G-20F, pois articularam posições conjuntas a respeito da necessidade de sua inclusão nas principais decisões para o combate a uma crise sobre a qual não tinham responsabilidade, mas que os estava afetando diretamente. Participam do G-20F países como África do Sul, Argentina, Brasil, China, Índia e México, que, com o sucesso na consolidação desse mecanismo de concertação, passaram a ter poder decisório proporcional a seu poderio econômico.

Nova cúpula foi realizada em abril de 2009, em Londres, da qual saiu um importante plano de ação para a mitigação dos efeitos da crise e para a reorganização do sistema financeiro internacional. As decisões tomadas incluíram planos de expansão fiscal e de expansão monetária (como medidas anticíclicas), o aumento da regulação para instituições financeiras e agências de rating e uma condenação ao regime adotado nos paraísos fiscais, que terá de ser modificado. Além disso, o acordo incluiu diversos itens em benefício dos países em desenvolvimento, como linhas de crédito flexível no FMI - mais capitalizado, também por decisão do G-20F -, que não estão vinculadas a adoção de políticas macroeconômicas específicas e créditos para aumento da liquidez e manutenção da capacidade de comércio internacional nesses países. O plano de ação inclui, ainda, decisão para investimento em tecnologias limpas, para a não adoção de políticas protecionistas e para conclusão da Rodada Doha da OMC, ponto caro ao Brasil, que geraria incremento calculado em 150 bilhões nos fluxos de comércio internacional.

A concertação mais relevante e de maior impacto estrutural foi aquela sobre a reforma das instituições financeiras internacionais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial, há muito reivindicada pelos países em desenvolvimento. Os países do G-20F comprometeram-se a realizar as reformas que permitirão que os emergentes tenham voz compatível com o seu peso econômico no sistema internacional. Até o momento, as sete grandes economias desenvolvidas detêm peso elevado nas votações, dominando as decisões e ditando as linhas de ação dessas instituições.

Os países em desenvolvimento aceitaram contribuir mais para estabilização da economia internacional, mas pedem como contrapartida que seja revisado o sistema de formação das cotas de participação, para que tenham força política nesses órgãos comparável a sua importância econômica. A distribuição do poder de decisão vigente não corresponde à distribuição real de poder e limita a representatividade das decisões das duas instituições, o que, por sua vez, reduz a legitimidade que elas têm sobre o conjunto da comunidade internacional.

A continuação dessas reformas - pequenas alterações já haviam sido realizadas nos últimos anos em favor da representação de economias emergentes - possibilitará que as instituições que fornecem liquidez e crédito para países em dificuldades financeiras - no caso do FMI - ou investimentos de longo prazo - no caso do Banco Mundial - tenham maior foco na promoção do desenvolvimento, redução das assimetrias e manutenção da estabilidade,

perdendo o estigma de serem instituições de último recurso, por terem atrelados aos seus benefícios uma série de exigências feitas pelos países desenvolvidos.

O México já foi beneficiado por uma linha de crédito flexível, uma vitória para os países em desenvolvimento. Foi aprovada, ainda, a reforma na eleição dos altos cargos das duas instituições, incluindo a escolha mais democrática de seus presidentes, que tradicionalmente foram sempre de um europeu - para o FMI - e um americano - para o BM.

O sucesso dos países emergentes do G-20F na construção de uma nova arquitetura financeira e econômica internacional não esteve restrito a esse foro. Em diversas outras oportunidades, como na reunião dos Ministros de Relações Exteriores dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) ou do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) foram articuladas posições comuns no enfrentamento da crise e o compromisso com mudanças estruturais para organização das decisões internacionais para temas econômicos em bases mais democráticas e representativas. Ocorreram ainda declarações conjuntas nos foros de cooperação sul-sul visando a que as maiores economias em desenvolvimento levassem a posição do todo dos países em desenvolvimento ao G-20F, como aconteceu na Cúpula América do Sul - Países Árabes e na reunião de Cúpula da América Latina e Caribe.

A consolidação do G-20F como foro de concertação preferencial para enfrentar as dificuldades do sistema econômico e financeiro reflete a fundamental importância que os países em desenvolvimento conquistaram no plano internacional e proporciona as bases para a transformação desse sistema em direção a maior democracia e representatividade.

Questão 2

Disserte a respeito da evolução histórica do MERCOSUL e da UNASUL e avalie, do ponto de vista da política externabrasileira atual, os elementos de complementaridade entre as duas iniciativas.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

MARCELO KOITI HASUNUMA (27/30)

A América do Sul sempre foi considerada prioritária para a política externa brasileira, uma vez que ela é a base para nossa inserção internacional competitiva e a circunstância geográfica a que o país está adstrito. Desde a época do Barão do Rio Branco a cooperação regional é tida como fator importante para o desenvolvimento e a estabilidade do Brasil, apesar de, por muito tempo, no século XX, ter-se falado mais da integração em termos de pan-americanismo e de latino-americanismo. A década de 1980, condicionada pela crise econômica e pela redemocratização do Brasil e da Argentina, possibilitou a materialização do plano cooperativo no Cone Sul, por meio da dissipação das desconfianças mútuas e da substituição da rivalidade pela união. Por serem países simétricos, Brasil e Argentina, os grandes pólos da integração regional, puderam estabelecer uma relação em eixo, no conceito de Moniz Bandeira, baseados na vontade de potência e no objetivo do desenvolvimento.

A partir da concertação entre Brasil e Argentina (representados por diversos Acordos de Integração, como o PICE, e de declarações presidenciais externando o bom relacionamento mútuo), nasceu o Mercosul, em 1991, por meio do Tratado de Assunção, que agregou também o Paraguai e o Uruguai. O Mercosul, personalidade jurídica de direito internacional desde o Protocolo de Ouro Preto (1994), é resultado não apenas do amadurecimento das relações entre seus sócios, mas também do contexto de regionalização mundial, com o surgimento de grandes blocos econômicos como o NAFTA e a União Européia. O abandono de projetos latino-americanistas (que abrangeriam, também, países

como o México e os da América Central) explica-se pela atração destes à órbita norte-americana e pelo fracasso de iniciativas integradoras anteriores como a ALALC e a ALADI. Por outro lado, o fortalecimento de uma identidade sul-americana seria fortalecida com o Mercosul (e a Comunidade Andina de Nações), o que acarretaria, mais tarde, no surgimento da CASA e da UNASUL (a substituta desta última).

Inicialmente, o Mercosul apresentou forte crescimento do comércio intra-bloco (de 1991 a 1998), gerando grande entusiasmo tanto interna (nos países membros) quanto externamente (na Europa, principalmente). A pouca institucionalização do bloco era vista como uma das causas de sua eficiência, visto que os membros poderiam ter flexibilidade para adaptar-se à nova situação e resolver os eventuais problemas de forma amigável, não-contenciosa (o que explicaria, portanto, a ausência de tribunais permanentes e o requisito de que todas as decisões importantes seriam tomadas por consenso). Nesse período inicial, estima-se que o comércio tenha quadruplicado de cerca de US$5 bilhões para cerca de US$21 bilhões, com grandes déficits comerciais para o Brasil (que então praticava política de âncora cambial contra a inflação, no contexto do Plano Real). A abertura das economias locais, marco da década de 1990, impulsionava o crescimento do comércio internacional e a renovação da matriz industrial da região (principalmente no Brasil), o que garantiu competitividade sistêmica a alguns setores.

As crises financeiras do Leste Asiático e da Rússia afetaram profundamente a dinâmica do Mercosul, uma vez que forçaram medidas contracionistas (aumento dos juros) e o abandono das âncoras cambiais no Brasil (em 1999) e na Argentina (em 2001/2002). No Brasil, a crise cambial de 1999 forçou o governo a abandonar o sistema de bandas cambiais e a adotar o tripé econômico de metas de inflação, câmbio flutuante (ainda que com intervenções do BACEN) e superávit fiscal, o que levou a balança comercial deficitária (que beneficiava a Argentina) a se tornar superavitária. Essa situação aprofundou as contradições da economia argentina e levou ao colapso econômico portenho em 2001 e 2002, escancarando a crise do Mercosul por meio da explícita violação de suas regras (com a não-observância da Tarifa Externa Comum, a imposição de barreiras tarifárias a produtos brasileiros, etc). O bloco já estava em crise, na verdade, desde 1999, quando essas medidas protecionistas e pouco amigáveis começaram a ser adotadas; porém, a crise argentina de 2001 revelou a urgência de seu relançamento.

Para evitar o colapso do Mercosul, com a defecção do Paraguai e do Uruguai (atraídos pela ALCA e insatisfeitos com as assimetrias do bloco) e com a constante violação de suas regras pela Argentina, o governo brasileiro procurou adotar diversas medidas, tais como a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – FOCEM, para diminuir as assimetrias do bloco e beneficiar os dois sócios menores; a institucionalização da organização, o que criaria "lastros de permanência", por meio da criação de um Tribunal Permanente de Revisão, pelo Protocolo de Olivos, e de um Parlamento do Mercosul; a aceitação, pelo Brasil, dos custos da liderança do bloco, por meio da não-antagonização com a Argentina, então em profunda crise econômica, quando do surgimento de contenciosos comerciais; nesse mesmo sentido, com a criação do Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), entre Brasil e Argentina, e que evitaria que esta última simplesmente violasse unilateralmente as regras mercosulinas; o estímulo à entrada de novos membros, em caráter de sócio pleno ou de parceiro associado (com a associação do Chile, Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia e Equador); etc. Essas medidas "relançaram" o Mercosul e lhe garantiram nova identidade regional, baseada na solidariedade e na cooperação.

O fortalecimento do Mercosul e da identidade sul-americana entre os países da região acabou por levar, em 2004, a um novo aprofundamento da integração regional, baseada na cooperação e em valores comuns, tais como a busca pelo desenvolvimento, o respeito aos

princípios da soberania, da não-intervenção e da solidariedade regional. O lançamento, em Cuzco, da Comunidade das Nações Sul-Americanas configurou, portanto, marco da integração regional que uniria o Mercosul, a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Chile, a Guiana e o Suriname em um projeto que privilegia a união política, cultural e social, além da econômica.

Em 2007, ante à percepção da relativa estagnação do processo integrativo, como manifestado pelo presidente da Venezuela, o projeto da CASA foi relançado, com seu rebatizamento de União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). A UNASUL, institucionalizada em 2008, é representativa da identidade sul-americana que está se consolidando aos poucos, e busca redefinir a inserção internacional do sub-continente, como demonstrado na V Cúpula das Américas, ocorrida em Trinidad e Tobago, em 2009, na qual houve encontro oficial entre o organismo e os Estados Unidos. O lançamento de instituições como o Conselho de Defesa Sul-Americano e o Conselho de Saúde, no âmbito da UNASUL, comprova a intenção de se conferir maior autonomia ao subcontinente, afastando, dessa forma, ingerências externas na região em assuntos de tão vital importância como a segurança e a saúde pública.

Alguns críticos apontam o risco de a pluralidade de organismos regionais acabar por gerar a perda de efetividade de todos, pois os encontros acabariam servindo para poucas decisões efetivas. Nesse sentido, esses críticos apontam a redundância da criação da UNASUL em um subcontinente já servido por instrumentos como a Organização dos Estados Americanos, o Grupo do Rio, e mesmos os blocos Mercosul e CAN e instrumentos de integração como a ALADI. Esta perspectiva, no entanto, peca pela superficialidade de sua análise, por não perceber a importância da existência de pluralidade de fóruns regionais (que estimulam o contato e a harmonização de idéias) e por tentar homogeneizar organismos de composição e finalidades tão distintos.

É possível se afirmar, assim, que o Mercosul continua sendo (e sempre foi) a prioridade máxima da política externa brasileira, tanto pelos benefícios econômicos e comerciais que gera ao país, quanto pela sua perspectiva de fortalecer a legitimidade política do Brasil e de seus parceiros nos foros multilaterais (e nas negociações bilaterais) existentes. A consolidação do Mercosul passa, atualmente, pelo fortalecimento das economias de todos os países da região, principalmente na atualidade, em que a internacionalização das empresas brasileiras (favorecidas pelo que Amado Cervo denominou de Estado logístico) se aprofundou na região (ex. grande presença da Inbev na Argentina; Petrobrás na Bolívia; Odebrecht na Venezuela). Um Brasil economicamente forte requer uma América do Sul economicamente forte e estável, o que pode ser garantido pelo aprofundamento da integração regional, como a UNASUL (complementar, como visto, ao Mercosul) e a IIRSA demonstram.

Questão 3

Considerando que o sistema bipolar tal como existiu durante o período da Guerra Fria — com os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em polos opostos — já não prevalece nos dias de hoje, analise os elementos de unipolaridade e de multipolaridade do atual sistema internacional.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

WILLIAM SILVA DOS SANTOS (20/20)

A queda do Muro de Berlim deu ensejo a interpretações que julgavam inexoráveis a supremacia de alguns preceitos ligados ao liberalismo e à democracia, como a ideia de "fim da história" de Francis Fukuyama, e ao reforço dos Estados Unidos como única superpotência mundial, configurando-se um mundo eminentemente unipolar. Atualmente, alguns desses preceitos vêm sendo contestados pela realidade, conforme a crise econômica mundial enfraquece a defesa plena do neoliberalismo e traz oportunidade para o reforço do multilateralismo, reflexo institucional de um mundo crescentemente multipolar.

Elemento claro de multipolaridade no mundo atual é a ascensão dos países emergentes ao protagonismo nas decisões mundiais, logrando fortalecer a agenda dos países em desenvolvimento perante aquela dos países desenvolvidos. Talvez o primeiro sinal dessa ascensão tenha sido a formação do G-20 no âmbito da OMC, articulado com o objetivo claro de redução das assimetrias em nível internacional, logrando elevar a discussão sobre agricultura ao cerne das negociações da Rodada Doha. Confirmação dessa ascensão, entretanto, é o reconhecimento do G-20 financeiro como foro privilegiado de discussão e deliberação acerca das ações para combater a crise e regular a economia mundial, agregando um número muito maior de países do ocorria anteriormente no G-8, que, entretanto, ainda existe.

A formação de blocos regionais de integração, como a União Europeia, o Mercosul, a SACU e a SADC (no continente africano) e a ASEAN (no sudeste asiático) demonstra iniciativas locais em prol da multipolarização do mundo, progressivamente organizado em torno de grupos de articulação para atuação concertada em âmbito internacional. Isso se reforça com a crescente articulação entre os blocos, como atestam as negociações entre Mercosul e União Europeia, bem como os acordos de comércio preferencial Mercosul-SACU e Mercosul-Índia, da mesma forma que as articulações políticas entre alguns dos principais países emergentes, como o fórum IBAS (entre Índia, Brasil e África do Sul) e a crescente coordenação dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). Tudo isso leva à percepção da necessidade de reforma dos principais foros de decisão mundial, como o Conselho de Segurança da ONU e as instituições de Bretton Woods, incapazes de acompanhar de forma ágil esse processo de multipolarização mundial.

Entretanto, os foros multilaterais de decisão, que devem ser reforçados em prol da nova ordem multipolar, ainda não são capazes de eliminar elementos de unipolaridade no sistema internacional. Um exemplo é a existência de cotas de participação no FMI, em número tão grande sob posse dos Estados Unidos que se confere a esse país poder informal de veto nas decisões do Fundo. Da mesma forma, o Conselho de Segurança ainda não tem plena capacidade de evitar que decisões unilaterais levem a conflitos, como atestam a invasão norte-americana ao Iraque, em 2003, e a invasão russa à Geórgia no ano passado, em apoio a regiões separatistas.

Atos unilaterais também são percebidos no mundo em desenvolvimento, como o recente teste nuclear por parte da Coreia do Norte, apesar das pressões da comunidade internacional; da mesma forma, podem ser elencados os massacres cometidos pelo Sudão na região do Darfur, em flagrante desrespeito ao Direito Internacional e aos Direitos Humanos. Entretanto, é dentre os países em desenvolvimento que se percebem alguns dos principais esforços em prol do reforço do multilateralismo, para a consolidação de um mundo multipolar.

Parte importante desses esforços diz respeito ao Brasil. Ciente de sua crescente importância no cenário internacional, tem o país buscado articular-se com os principais países emergentes do mundo em prol da democratização do sistema internacional, atentando também à sua crescente responsabilidade com relação aos destinos de países mais pobres,

justificando-se sua atitude de não-indiferença. Da mesma forma, as articulações no âmbito americano lideradas pelo Brasil lograram tamanho êxito a ponto de enfraquecer o poder de decisão de agenda da principal potência, os EUA, quanto aos destinos do hemisfério, como atesta o recente cancelamento da suspensão de Cuba na OEA.

Dessa forma, a disputa entre uma ordem unipolar, liderada pelos EUA, e uma multipolar, em que prevalece o reforço das instâncias multilaterais de decisão, tem-se encaminhado, apesar de alguns vestígios de unipolaridade, em direção à segunda, com importante perspectiva de redução das assimetrias de poder em âmbito internacional.

Questão 4

A crescente projeção internacional do Brasil envolve a participação ativa em esforços e iniciativas regionais e globais no plano da segurança internacional, sendo o enfrentamento ao narcotráfico questão de particular interesse para o país. Discorra acerca da participação brasileira na cooperação internacional frente ao narcotráfico, considerando instâncias e iniciativas nos planos regional e global.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

EDEN CLABUCHAR MARTINGO (18/20)

O Brasil é um país que, não obstante não sofrer ameaças de outros atores estatais, sofre com a segurança interna, principalmente no que concerne ao narcotráfico. Essas organizações criminosas trabalham em redes, sem limites fronteiriços ou de nacionalidade. Da mesma forma, seus vultosos recursos atravessam o sistema financeiro internacional, proporcionando flexibilidade e capacidade de mobilização inaudita. Para enfrentar esses desafios, cabe ao Estado territorial articular-se internacionalmente, única forma de se combater, efetivamente, essa ameaça. Para o Brasil, país segundo maior consumidor de cocaína do mundo, cercado de grandes produtores de droga e parte da "rota do tráfico" entre América e Europa, essa necessidade é premente.

No plano global, destaca-se a participação na Convenção de Palermo, de 2004, que busca implementar marcos de cooperação jurídica e política no combate conjunto ao narcotráfico, bem como medidas mais completas. Ressalte-se ainda o trabalho de cooperação realizado com a Interpol que levou, no Brasil, à prisão do georgiano Boris Berezovsky, acusado de trabalhar na lavagem de dinheiro que, entre outros negócios ilícitos, beneficia o narcotráfico. A questão dos fluxos financeiros é fundamental para o combate ao narcotráfico, conforme salienta a divisão de ilícitos internacionais do Itamaraty (COCIT), que faz parte do Sistema Brasileiro de Inteligência. O combate aos paraísos fiscais, propugnado pelo presidente Lula na seara financeira, é passo fundamental para mitigar o extraordinário poderio econômico dos cartéis internacionais. Perdendo seus santuários financeiros, tornar-se-iam muito mais vuneráveis às investidas internacionais.

No âmbito regional, o principal destaque a ser dado às ações internacionais é a cooperação nas regiões sensíveis de fronteira. A cooperação policial assumiu proporções significativas na região da Tríplice Fronteira, com autoridades tanto de Paraguai quanto de Argentina. As operações nessa região reprimem não apenas os narcotraficantes, como também os doleiros que ficam a seu serviço. Outras regiões sensíveis são as da fronteira noroeste do Brasil, desde a Bolívia até a Guiana Francesa. As chamadas "cidades gêmeas" são focos de ação das redes internacionais de tráfico de drogas, e a cooperação bilateral em regiões como Tabatinga-Abapóris e no Oiapoque são a única maneira de repressão eficaz do crime. Especialmente com a França o Brasil tem instituído ações conjuntas, devido ao

incremento do trânsito na região de fronteira, consubstanciada na nova ponte sobre o rio Oiapoque.

No plano regional mais amplo, a iniciativa americana do Plano Colômbia é vista com reticência pelas autoridades brasileiras, que não o apoiaram, o que não impede a cooperação no que toca a pontos específicos. Para o Brasil, a estratégia americano-colombiana não é eficiente, pois só modificaria as áreas de produção e traria riscos às fronteiras e ao meio ambiente (até mesmo o uso do agente-laranja foi cogitado no Plano). Em relação a outras regiões, destaca-se a necessidade cada vez mais urgente de cooperação internacional com a Europa, em virtude da peculiar "complementaridade" da indústria da droga nas duas regiões. As chamadas "mulas" levam cocaína de Bolívia e Colômbia, que entra pela fronteira seca, para a Europa e trazem de volta drogas sintéticas oriundas especialmente de Holanda e Espanha. A cooperação com a Interpol e com a Europol tem sido fundamental para a repressão a esse trânsito.

Devido à forma como se organizam, desafiando a lógica territorial dos Estados, as redes de narcotráfico exigem novas formas de cooperação política, policial e informacional entre os países, sob pena de ineficiência.

***

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor 50 pontos).

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

Primeira Fase:
1. Compreensão de textos escritos em língua inglesa.
2. Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos.

Terceira Fase:
1. Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de idéias.
2. Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.
3. Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.

4. Resumo: capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto.

Orientação para estudo

1. Tradução – *Translation, Part A* (20 pontos)
A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2.Versão – *Translation, Part B* (15 pontos)
A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. Resumo – *Summary* (15 pontos)
O candidato deve apresentar capacidade de reelaborar, de forma concisa e coerente, o texto proposto. São critérios de avaliação a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão do texto, além naturalmente da correção e propriedade no uso da língua inglesa.

4. Redação - *Compostition* (50 pontos)
Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 45 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito "correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (20 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:
a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Bibliografia sugerida:

Jornais e revistas

A Internet permite o acesso a vasto número de publicações em língua inglesa. Para preparar-se para o concurso, é útil a leitura de publicações do padrão do *The Times* de Londres, *The New York Times, The Washington Post e Guardian, The International Herald Tribune, The Financial Times, The Economist e Newsweek*. Pode-se encontrar a versão impressa de muitas dessas publicações em livrarias e bancas de revistas das principais cidades do País.

Dicionários de inglês

Collins Cobuild English Language Dictionary. Londres: Collins.

Language Activator. Londres: Longman.

The Longman Dictionary of Contemporary English. Londres: Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: University Press.

Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.

The Random House College Dictionary. New York: Random House.

The Random House Dictionary of the English Language. New York: Random House.

Roget´s Thesaurus. Londres: Longman.

Webster´s Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Webster´s Third International Dictionary. New York: BD&L.

Dicionários inglês-português e português-inglês

Cambridge Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Dicionário Português-Inglês, Inglês-Português. Porto: Porto Editora.

Novo Michaelis: Português-Inglês, Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos.

Taylor, J. L. **Portuguese-English Dictionary**. Rio de Janeiro: Record.

Gramáticas

BENSON, M. *et alii*.. **The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.

Collins Cobuild English Usage. Londres: Harper Collins.

Comprehensive Grammar of the English Language. Londres: Longman.

CUTTS, M. **The Plain English Guide**. Oxford, Oxford University Press.

FRANK, M. **Modern English**. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A Communicative Grammar of English**. Londres: Longman.

HILL, J.; LEWIS, M. (Orgs.) **LTP Dictionary of Selected Collocations**. Hove: Language Teaching Publications.

SANTOS, Agenor. **Guia Prático de Tradução Inglesa**. São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. **A Practical English Usage**. Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A. J.; MARTINET, A.V. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press.

Outras fontes

WALKER, S. B. **Candidate´s Handbook**: English. Brasília: FUNAG, 2000.

Internet: Há numerosos dicionários e glossários disponíveis em linha, bem como variadas fontes de informações e de consulta. Duas referências iniciais, a título meramente indicativo:
http://www.yourdictionary.com;
http://www.bbc.co.uk

Prova de 2009

TRANSLATION (Total: 35 marks)

PART A (20 marks)
Translate into Portuguese the following excerpt adapted from Edward Said's 1993 Reith Lecture "Intellectual exile: expatriates and marginals. What is the proper role of the intellectual in today's society?"

Exile means being neither entirely at one with the new setting, nor fully disencumbered of the old; beset with half-involvements and half-detachments; nostalgic and sentimental yet equally a consummate mimic or secret outcast. Being adept at survival becomes the imperative, with the dangers of getting too comfortable and secure constituting a threat constantly to be guarded against. Salim, the main character of V.S. Naipaul's novel "A Bend in the River," is an affecting instance of the modern intellectual in exile: an East African Muslim of Indian origin, he has left the coast and journeyed into the interior, where he survives precariously in a new state modelled on Mobutu's Zaire. Naipaul portrays Salim's life at a 'bend in the river' as a no-man's-land, to which hail the European intellectual advisers (who succeed the idealistic missionaries of colonial times), as well as the assorted mercenaries, profiteers, and other Third World drifters in whose ambience Salim is forced to live, gradually forfeiting his property and integrity in the mounting confusion. As the novel unravels, the natives themselves have become exiles in their own country, so preposterous and erratic are the whims of the ruler, Big Man, a symbol of all post-colonial regimes.

GUILHERME FITZGIBBON ALVES PEREIRA (19/20)

Exílio significa estar nem integrado por completo ao novo ambiente, tampouco totalmente desprendido do antigo; acometido de semi-envolvimentos e semi-destacamentos; nostálgico e sentimental, mas em igual medida um mímico contumaz ou um excluído secreto. A maestria na sobrevivência torna-se um imperativo, os perigos de acomodar-se e de tornar-se seguro demais constituindo uma ameaça contra a qual deve-se proteger constantemente.

Salim, o personagem principal do romance Uma curva no rio, de V. S. Naipaul, é um exemplo tocante do intelectual exilado moderno: muçulmano de origem indiana do leste africano, ele deixou o litoral e rumou ao interior, onde sobrevive precariamente em um Estado baseado no Zaire de Mobutu. Naipaul retrata a vida de Salim em uma "curva no rio" como uma terra de ninguém, para onde dirigem-se os conselheiros intelectuais europeus (sucessores dos missionários idealistas de épocas coloniais), bem como diversos mercenários, gananciosos e outros golpistas terceiro-mundistas em cuja companhia Salim é forçado a viver, gradualmente renunciando a suas propriedades e sua integridade no ambiente de crescente agitação.

Conforme o romance se desenvolve, os próprios nativos tornam-se exilados em seu próprio país, tão absurdos e erráticos são os desmandos do governante, Grande Homem, um símbolo de todos os regimes políticos pós-coloniais.

PART B (15 marks)

Translate into English the following excerpt adapted from a special Folha de São Paulo report on Sri Lanka by Roberto Candelori published 18th May 2009:

O Sri Lanka vê-se diante de um conflito que já dura um quarto de século. Com uma população dividida entre cingaleses budistas (74%) e tâmeis de orientação hindu (18%), o antigo Ceilão tornou-se um "banho de sangue", segundo a ONU. O país conquistou a independência dos britânicos em 1948, quando começou a implantação de políticas discriminatórias contra a minoria tâmil, que tivera lugar de destaque na administração colonial. Sucessivos governos baixaram leis que cercearam os direitos dos tâmeis ao impor-lhes o cingalês como língua oficial e restringir-lhes o acesso à educação superior e a cargos públicos. Revoltados, os tâmeis passaram a reagir, exigindo a igualdade linguística, social e religiosa. Em 25 anos de conflito, estima-se que tenham ocorrido até 100 mil mortes, e o futuro parece não menos assustador. Mais de 250 mil tâmeis encontram-se agora sob a mira dos fuzis e sob o silêncio da comunidade internacional. A ordem é atirar.

JOSÉ ROBERTO HALL BRUM DE BARROS (13,5/15)

Sri Lanka faces a conflict that has already been going on for a quarter of a century. With a population divided between Buddhist Singalis (74%) and Hindu Tamils (18%), former Ceylan has become a "blood bath", according to the UN.

The country achieved its independence from the British in 1948, when it started the implementation of discriminatory measures against the Tamil minority which had occupied key positions in the colonial administration. Successive governments passed laws that curtailed Tamils' rights, by imposing Singali on them as an official language and denying them access to higher education and public offices.

The Tamils, outraged, began to fight back, demanding linguistic, social, and religious equality.

In 25 years of conflict, one hundred thousand deaths have been estimated, and the future seems no less dreadful. Over 250 thousand Tamils are now under guns' sights and under the silence of international society. The order is to shoot.

SUMMARY (Total: 15 marks)

Write a summary in your own words not over 200 words in length of the following excerpt adapted from "Open up,"an Economist special report on migration published 3rd January 2008.

Enoch Powell had a point. The radical British Conservative politician warned, nearly four decades ago, that immigrants were causing such strife that "like the Roman, I seem to see the River Tiber foaming with much blood." That proved to be nonsense, as did his advice that migrants should be encouraged to leave. Had they done so, Britain and other rich countries that depend heavily on foreign labour would be in a dreadful state. One prediction he made was spot on, however: that by about now, one in ten people in Britain would be migrants. At the last count in 2005, the foreign-born made up 9.7% of the British population.

By historical standards, that is high but consistent with that in other rich economies. In America the proportion is now about 13%, not far off the 15% peak reached shortly before World War I. What is particularly striking in Europe is that countries which had hitherto known only emigration, e.g. Ireland or Greece, now have an influx typical of countries like Australia and the U.S.

This special report argues that both emigration and immigration countries, as well as the migrants themselves, have been coping remarkably well with this new force reshaping our world. Yet ominous signs are emerging of a shrill backlash against immigration on both sides of the Atlantic.

Politicians may tinker with migration policies. They will certainly, under public pressure, pump extra resources and energy into building more fences and walls to keep foreigners out. By linking immigration to terrorism, they may even make their societies more fiercely policed. The basic forces driving migration, though, are unlikely to ebb.

Migrants move mainly for economic reasons. Most appear to do so legally. The number of illegal migrants is by definition hard to ascertain, but likely to be smaller than the legal sort. They probably comprise the bulk of those seen floating on rafts in the Mediterranean or scrabbling over the fence from Mexico to America. Others do not risk the high seas or physical borders, entering instead under some other guise, perhaps as tourists, and then staying on.

Lastly, there are refugees and asylum-seekers, strictly defined as those escaping persecution but often including anybody forced to flee, for example from a war. According to the UN's refugee agency, at the close of 2006 some 10m people fell under this category.

The number of migrants worldwide has been reckoned at 200m. That sounds a lot, but actually adds up to only 3% of the world's population, so there is ample potential for growth. Migration has proved a successful ploy for the world's poor to improve their lot. Nor is it the very poorest who travel, for money is required to travel overseas.

In the 100 years to 1920, brighter prospects encouraged some 60m Europeans to uproot and move to the New World. A European crossing the Atlantic could expect to double his income. Today the incentives are even more enticing. Those moving from a poor country to a rich one can expect to see their income rise fivefold. As long as such differentials persist, the draw will continue.

Demography too plays a big part. Not every migrant is bound for America or Europe: two in every five head for another poor or middle-income destination. Those aiming for the richest parts of the world, however, do their inhabitants a favour. Without them, the greying and increasingly choosy populations across the rich world would already be on the decline.

That is paramount for their fast-changing economies, which consistently demand either highly skilled workers or those willing to do unpleasant and tiring jobs.

One reason why much of the world has enjoyed a sustained economic boom with low inflation in the past decade is that the effective global workforce is expanding apace. The IMF estimates it has quadrupled since 1980. In all likelihood it will continue to grow, though at a slower rate, with a 40% increase in the world's working-age population forecast by 2050. According to the UN, the global stock of migrants has more than doubled in four decades. Not enough young natives have the skills or motivation, so the rich must hope outsiders will keep coming.

And they will. Luckily for Europe and America, there are huge pools of workers eager to jump on the next plane, train or leaking raft to work abroad. This can prove beneficial for their countries of origin as well.

If exporting brawn generally makes sense for a poor country, letting its better brains drain away may not. Most poor and middle-income countries grapple with chronic shortages of skilled labour. Professionals in demand abroad are the hardest to keep at home. In fact, if the lure is strong enough, it is virtually impossible to block the exit of the highly skilled.

Rich countries are taking in more highly skilled migrants than ever before. Yet emigration of skilled workers may be a consequence rather than a cause of problems in the sending country. For example, nurses may be emigrating because their salaries are not being paid or because hospitals are crumbling; entrepreneurs may be relocating because the local business climate is wretched. Halting emigration - even if that were feasible - would not solve these problems. Nurses might still quit their jobs, would-be entrepreneurs might sit on their hands.

Indeed, some argue that emigration can actually enhance the stock of brainpower. Migrants spend longer studying, pick up more skills and experience, and may then return home. Remittances are often used to fund schooling. Moreover, the prospect of emigration and prosperity abroad may induce others to get an education. All this suggests that the consequences of emigration, albeit not negligible, are tricky to measure. Governments should thus endeavour to tackle the factors pushing their skilled professionals out. If émigrés can be enticed back home, even for short spells, so much the better.

Unfettered movement of capital and goods has made the world a far richer place while greater human mobility has not only created wealth but also helped share it out more evenly. The billions in remittances repatriated each year eloquently testify to that. The cost of keeping people out would be steep.

Nasty surprises are constantly sprung on us. Wars can suddenly displace millions, who may start out as refugees but frequently end up as migrants. Some claim that climate change may forcibly relocate tens of millions of people in the space of decades. Misguided policies, a backlash over terrorism or a failure to integrate migrants could all pose serious problems. Nonetheless, 40 years on, it seems clear that Mr Powell was utterly amiss in everything save his sums.

THOMAZ ALEXANDRE MAYER NAPOLEÃO (14/15)

As Conservative politician Enoch Powell once predicted, migrants constitute nowadays one tenth of the entire British population, a rate comparable to that of other developed societies. Contrary to his expectations, however, violence has not ensued. Instead, migration has brought positive overall results to the persons and countries involved,

including those formerly used to emigration which are now in the receiving end, such as Greece and Ireland.

While governments may adopt harsh migration policies, the phenomenon is too vigorous to be stopped. Migrants are mostly legal, though clandestine flows exist. They constitute roughly 200 million people, 10 million of whom are refugees or asylum-seekers.

Income inequalty and demographic growth are key factors. Migrants may earn five times as much when abroad; around 60% of them head to wealthy countries, thus helping overcome the trends towards populational decrease in these parts. This could be a problem for developing nations, but may turn out to be a blessing instead, since successful migrants may return home or repatriate their earnings.

It would be unwise to curtail migration, as it fosters global prosperity. Nevertheless, since unexpected tragedies may occur, it is crucial to promote sound integration measures.

COMPOSITION (Total: 50 marks)

At the beginning of the 21st century, migration continues to loom large as a subject of media interest, of community preoccupation and of political controversy. Nevertheless, the discourse has evolved significantly in recent years, both in terms of substance and tone, and is now conducted with noticeably less acrimony than before and with much reduced levels of distrust between developed and developing countries. For instance, at [several recent high-level international conferences] participants were, in general, disposed to agree that migration holds considerable potential for economic and social development. At the same time, however, it was apparent that there is much more to be done before agreement can be reached on appropriate management strategies to be put in place, both nationally and on the international level, for that promise to be realized. The task of formulating a workable global approach to the management of international migration remains a formidable challenge, and one that will require both time and effort over the coming years.

An extract from the Introduction to World Migration 2008: managing labour mobility in the evolving global economy. Geneva: International Organization for Migration, 2008, p. 1.

Taking into account the points made above, discuss the main issues involved in the contemporary political debate on migration.

(Length: 350-400 words)

THOMAZ ALEXANDRE MAYER NAPOLEÃO (40,5/50)

Due to the persistent gap between industrialized and underdeveloped countries, migration remains a vital issue in contemporary world politics. As humanity evolves towards a near-consensus on the inevitability of this phenomenon and its potential to generate global progress, the topic gradually becomes less controversial. Notwithstanding this trend, numerous disagreements regarding migration policy still exist. The debate concerns three complex subjects above all others: the economic consequences of human mobility, the risks involved in terms of trafficking and terrorism, and the impact of migration upon national cultures and identities.

The economic side of migration, if examined through the lenses of sheer and cold rationality, would seen to be utterly simple: while some countries have a diminishing workforce, others can barely feed their ever-expanding population, so it would be logical to

encourage human flows from the latter group of nations to the former. Unsurprisingly, the issue is not that straightforward. Not all developing states are willing to cede their best and brightest citizens, as they fear the impact of an unequal flux of skilled workers, the so-called brain drain. Conversely, some industrial countries do not feel they can accommodate every potential migrant. Hence, limits and quotas are often established.

Secondly, the security threats possibly linked to the increasing migration flows are manifold. As the United States painfully learned on September 11th, 2001, not all foreigners legally settled are harmless. Beyond terrorism, other risks may be ushered by the uncontrolled movement of humans, namely drug trafficking and the clandestine trade of arms and other goods. Even diseases, such as the swine flu from Mexico, can be transmitted freely through migration.

Last but not least, it is evident that the cultural features of some countries, such as their language, religion and habits, will be partially under pressure if and when large inflows of migrants arrive. This is a delicate issue in Europe, where it often leads to prejudice and even xenophobia. Two opposite sets of policies claim to offer the best solution in this sense: the British usually allow foreigners to gather and form their own separate communities, whereas the French prefer to assimilate all migrants by imposing the so-called "Republican values" upon them.

Whether we study it from the economic perspective, the security angle, or the cultural point of view, migration continues to raise concerns and generate opportunities. One thing is clear, though: no country or society will be able to design and implement sound migration policies without paying the utmost attention to the quintessential human values of tolerance, respect, and cooperation.

Exemplos de temas para redação em anos anteriores:

2008

"Nationalism – Internationalism. These abstract words, so often abused, so often misunderstood, cover high ideals and strong emotions, reflect modes of thought and action that shape our world. We often see the word 'nationalism' used in a derogatory sense. The same is true of the word 'internationalism'. When nationalism connotes, for example, a 'go-it-alone' isolationism, and internationalism an outlook that belittles the significance of national life and of nations as centres of political action and spiritual tradition, the words become contradictory and the attitudes they describe irreconcilable. From such interpretations of the words comes the tendency to think of nationalism as in fundamental conflict with an internationalist attitude."

Discuss the above statement, adapted from an address by then United Nations Secretary-General Dag Hammarskjöld at Stanford University in 1955, in the light of current international political events.

2007

Write a composition on the following quotation from Albert Einstein:

"The unleashed power of the atom has changed everything save our modes of thinking and we thus drift toward unparalleled catastrophe."

2006

Awareness that change is a constant feature of human life is as old as civilisation. However, more recently, technological development has greatly enhanced both the prospects for rapid change and the range of its social, political, and cultural impact.

Bearing this in mind, **comment on Berman's contention** (in Muqtedar Khan's text "Radical Islam, Liberal Islam" in section 2 above) **that "those motivated by aversion for liberalism will continue to seek the downfall of the West as long as its culture continues to influence the world, the Muslim World in particular"**.

2005

Read the following editorial from the *Washington Post*, 20th March, 2005, and in the light of it and of the text by Richard Gott in section 2, **comment on the geopolitical, social, and economic issues raised as they affect South American integration**.

A Threat to Latin Democracy

Another Latin American democracy is on the verge of crumbling under pressure from leftist populism. The trouble comes this time in Bolivia, where a democratic president and Congress face a paralyzing mix of strikes and roadblocks by a radical movement opposed to foreign investment and free-market capitalism. The insurgents, who claim to represent the country's indigenous population, drove one democratically elected president from office 18 months ago; now they are working on his successor, Carlos Mesa, who has searched valiantly but unsuccessfully for compromise. The populists ride a leftist wave of momentum in Latin America and have the rhetorical, and possibly material, support of the region's self-styled "Bolivarian" revolutionary, Venezuelan President Hugo Chavez. The democrats could use some outside help, from their neighbors and the United States.

Accounts of political crises in Andean countries such as Bolivia sometimes portray a poor and disenfranchised indigenous majority pitted against an ethnically European and mestizo elite. The facts tell a different story in Bolivia. Mr. Mesa, polls show, has the support of two-thirds of his compatriots, while the party leading the protests, the Movement Toward Socialism, has never received more than 21 percent of the vote in an election. Nor is it the case that Bolivia's experiment with free-market policies in the 1990s failed to help the poor. Per capita incomes rose by 20 percent in the second half of the decade. Thanks to private foreign investment, significantly more Bolivians gained access to water, sewage systems and electricity.

The populist minority, led by former coca farmer Evo Morales, is bent on using force to reverse that progress. Already it has effectively blocked natural gas exports to the United States. Its current strikes are aimed at stopping further foreign investment in that industry through confiscatory taxes and reversing the privatization of other industries. Mr. Mesa, swearing off the use of force to break up the roadblocks, has countered with democratic political tactics: first a national referendum on a compromise gas policy, then an accord with Congress on political and economic reforms. Last week, in desperation, he proposed that his own term as president be cut short and new elections be held in August; Congress rejected the proposal, and Mr. Mesa later announced he would stay on. But the opposition still threatens to renew a blockade that is devastating one of the hemisphere's poorest economies and

prompting talk of secession in Bolivia's relatively prosperous and pro-capitalist eastern provinces.

All of this is good news for Mr. Chavez, who along with Cuba's Fidel Castro dreams of a new bloc of Latin "socialist" (i.e., undemocratic) regimes that will join with like-minded states such as Iran, Libya and China to oppose the United States. Bolivia's neighbors, including Brazil, Argentina and Chile, ought to be alarmed by this trend; but though their own leftist governments have expressed support for Mr. Mesa they have refrained from more concerted action -- such as demanding that Mr. Chavez cease his meddling. The State Department issued a statement last week expressing "support for the people of Bolivia and a peaceful democratic process." If there is a deeper U.S. policy to head off the breakdown of democracy in Latin America, there isn't much sign of it.

***

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

1. Microeconomia.

   1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Curvas de indiferença. Restrição orçamentária. Equilíbrio do consumidor. Mudanças de equilíbrio, efeito-preço, efeito-renda e efeito-substituição. Taxa marginal de substituição. Curva de demanda. Deslocamento da curva e ao longo da curva. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. Classificação de bens. Excedente do consumidor.

   1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Isoquantas. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. Excedente do produtor.

   1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio, Concorrência Monopolística e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio.

2. Macroeconomia.

   2.1. Contabilidade Nacional. Os conceitos de Produto e Renda Interna, Produto e Renda Nacional, Renda Disponível Bruta, Poupança Bruta Doméstica e capacidade ou necessidade de Financiamento Externo. Conceitos e cálculo do Déficit Público. A Conta de Balanço de Pagamentos: estrutura e cálculo do resultado do Balanço. Números Índices. Deflator Implícito e Índices de Preço ao Consumidor.

   2.2. Evolução do pensamento macroeconômico. Keynesianismo, monetarismo e escolas posteriores.

   2.3. Mercado de trabalho. Determinação do nível de emprego.

   2.4. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Moeda e preços no longo prazo.

   2.5. Poupança e investimento. Sistema financeiro.

2.6. Flutuações econômicas no curto prazo. Oferta e demanda agregadas. Papel das políticas monetária e fiscal. Inflação e desemprego.

3. Economia internacional.

3.1. Política comercial. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental.

3.2. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico e liberalismo comercial. 3.3. A crítica de Prebisch e da Cepal. 3.4. Noções de macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real.

4. Economia Brasileira.

4.1. A economia brasileira no Século XIX.

4.2. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira na Primeira República.

4.3. A crise de 1929 e a industrialização brasileira na década dos trinta. O impacto da Segunda Guerra sobre a economia brasileira e os desdobramentos subsequentes.

4.4. A Nova Fase de Industrialização. O Plano de Metas.

4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial.

4.6. A Retomada do Crescimento 1968-1973. A desaceleração e o segundo PND.

4.7. A crise dos anos oitenta. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação.

4.8. Os anos noventa. Abertura comercial e financeira. A industria, a inflação e o balanço de pagamentos.

4.9. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil.

Bibliografia sugerida:

ABREU, Marcelo P. A. **Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Notas Metodológicas do Balanço de Pagamentos**. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**. Nº 1, junho, 2001. (texto disponível na página: http://www.bcb.gov.br)

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**. (Capítulos 2, 9, 10 e 11). 4ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

FEIJÓ, Carmem A. et al. **Contabilidade Social: a Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil**. (Capítulos 3 e 5). 3ª edição. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

GAMBIAGI, Fabio; VILLELLA, A.; BARROS DE CASTRO, L; HERMMAN, J. **Economia Brasileira e Contemporânea (1945-2004)**. Editora Elsivier/Campus, 2005.

LACERDA, Antonio Corrêa de. **Crise e oportunidade: o Brasil e o cenário internacional**. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo**. São Paulo: Paz e Terra, 2005

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Pioneira Thomson, 2006.

PINHO, Diva B.; VASCONCELOS, M. A. S. (orgs.). **Manual de economia**. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, W. D. **Economia**. 17ª Edição: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" in M. C. TAVARES (1979): **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar.

VERSIANI, F. R. e MENDONÇA DE BARROS, J. R. (orgs.). **Formação Econômica do Brasil: a Experiência da Industrialização**. Série de Leituras ANPEC. São Paulo: Saraiva, 1979.

Prova de 2009

Questão 1

Em Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado defende a seguinte tese:

É [...] perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros.

Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987, p. 193.

Assim, Furtado atribui, em última instância, às políticas de proteção ao setor cafeeiro um papel importante na determinação da trajetória do PIB nos anos trinta. Apresente os argumentos de Furtado que fundamentam sua tese quanto aos seguintes aspectos:
a) os efeitos da crise de 1929 sobre os preços do café;
b) as principais causas da desvalorização cambial nos anos trinta; e
c) os fatores que propiciaram a recuperação da economia brasileira a partir de 1933.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos; 10 pontos para cada item)

NATASHA PINHEIRO AGOSTINI (30/30)

O principal produto de exportação do Brasil durante longo período foi o café. Essa mercadoria contava com baixa elasticidade-preço e baixa elasticidade-renda, o que significava que, no longo prazo, a expansão da oferta levaria à queda nos preços. Durante o período Imperial, o preço se manteve viável para os produtores, porque o café estava atingindo novos mercados. Na República, as quedas de preços em conseqüência do excesso de oferta começaram a ocorrer, e o governo adotou medidas de sustentação dos preços internacionais do produto por meio da compra e da estocagem das safras, visando a controlar a oferta. Essa política foi financiada, na sua maior parte, por empréstimos externos.

Em 1929, com o início da crise mundial, a demanda pelo produto se reduziu, ao mesmo tempo em que a produção crescia (o tempo de maturação de um pé de café é de cinco anos, tornando as respostas a mudanças na demanda bastante lentas), impulsionada pelas políticas dos anos anteriores. Somou-se a isso a escassez de crédito internacional que interrompeu o fluxo de empréstimos para o Brasil. A crise mundial prejudicou as vendas

daquele produto que era a maior fonte de renda do país e que impulsionava o dinamismo econômico, além de limitar as políticas governamentais.

O Governo de 1930 poderia optar por abandonar o setor cafeeiro às forças do mercado, o que seria inviável política e economicamente, pois os proprietários tinham grande influência política e a crise se aprofundaria, uma vez que a maior parte das atividades internas estava ligada ao desenvolvimento do setor cafeeiro. Assim, o governo optou por seguir defendendo os interesses do café. No entanto, já não havia financiamento internacional disponível para que o governo sustentasse o preço da produção e a solução encontrada, uma vez que o sistema de crédito interno era bastante reduzido, foi a emissão de moeda. Aumentando a oferta de moeda na economia, a relação entre a quantidade de moeda nacional e de moeda estrangeira foi rapidamente aumentando, provocando a desvalorização da moeda brasileira. A escassez de divisas internacionais foi aumentada, também, pela queda nas receitas do setor exportador no início da crise.

A opção de política governamental foi assegurar o preço de compra do café aos produtores, permitindo a colheita (que cobriu, pelo menos, o custo variável médio de produção). Apresentaram-se três opções quanto ao que fazer com o café colhido: vender, estocar ou destruir. A primeira delas, vender, levaria a maior queda nos preços, prejudicando ainda mais os produtores e o governo. A segunda, estocar, representava uma série de custos para o governo, sem perspectiva de venda, uma vez que a produção aumentava e a crise se configurava como longa e profunda. Queimar o café foi então a opção escolhida, pois diminuiria a oferta e não oneraria ainda mais o governo.

Ao sustentar a renda cafeeira, o governo acabou por sustentar o nível de renda de toda a economia, dada sua interdependência com o setor do café. Dessa ação surge a idéia de que o governo brasileiro tivesse utilizado o "keynesianismo antes de Keynes", efetuando gastos públicos para manter a renda interna, com a diferença que Keynes descreveu a sustentação do setor interno, e o governo brasileiro atuou na sustentação das exportações.

A desvalorização cambial implicou o aumento no preço das importações, o que favoreceu o desenvolvimento da produção nacional, com o crescente estímulo da demanda interna, que havia sido mantida. Os capitais, antes concentrados no café, passaram a dirigir-se para investimentos voltados para o consumo interno, com melhor perspectiva de retorno que aqueles realizados no setor cafeeiro. Com a sustentação da renda interna, a queda dos preços do café e a desvalorização cambial, o Brasil entrou em uma nova fase de desenvolvimento econômico, que transferiu o centro dinâmico da economia do setor exportador para o mercado interno baseado na industrialização.

A recuperação rápida da economia brasileira foi, segundo a interpretação de Celso Furtado, resultado da conjunção de políticas para manter a renda dos produtores cafeeiros após a crise e que, sem que houvesse intenção deliberada, acabaram por impulsionar as atividades do setor interno da economia. Furtado classifica esse período como o ponto de inflexão fundamental das características do desenvolvimento econômico brasileiro. A atuação "keynesiana" inconsciente do governo permitiu que o país fosse um dos primeiros a se recuperar da crise e que a economia se voltasse para dentro.

Questão 2

Considere os seguintes componentes do Produto Interno Bruto, PIB (Y), de uma economia aberta: consumo final total das famílias e do Governo (C), investimento total (I), exportações (X) e importações (M) de bens e serviços. Estes últimos não incluem as rendas dos fatores de produção recebidas do exterior nem as enviadas ao resto do mundo. Considere também os seguintes componentes do saldo das transações correntes (TC) do balanço de pagamentos:

saldo da balança comercial e da conta de serviços (BC), saldo de rendas (BR) e saldo das transferências unilaterais (TU). Responda aos itens abaixo e justifique as respostas correspondentes.

(a) A Tabela abaixo apresenta as participações dos quatro referidos componentes do PIB, em porcentagem (%) do PIB, no Brasil, entre 1995 e 1999. Por exemplo, o consumo representou 83,5 % do PIB em 1995. A última coluna mostra o saldo da balança comercial e da conta de serviços (BC) em % do PIB. Calcule os valores representados na Tabela pelas letras x, y, z e w.

Tabela: Componentes do PIB (% do PIB), no Brasil, de 1995 a 1999.

Ano	C/Y	I/Y	X/Y	M/Y	BC/Y
1995	83,5	*y*	7,3	8,8	-1,5
1996	84,8	17,0	*z*	8,4	-1,8
1997	84,8	17,4	6,8	9,0	*w*
1998	*x*	17,0	6,9	8,9	-2,0
1999	85,0	16,4	9,4	10,8	-1,4

Nota: dados do IBGE e cálculos da Banca

(b) Considerando as definições de PIB, de Produto Nacional Bruto (PNB) e de saldo de transações correntes (TC), demonstre que:
PNB = C + I + TC - TU.

(c) A Renda Disponível Bruta (RDB) corresponde ao PNB acrescido do saldo das transferências unilaterais. Defina a Poupança Bruta (S), em termos do Investimento (I) e de um ou mais componente(s) do balanço de pagamentos.

(d) O Brasil financiou os investimentos, entre 1995 e 1999, mediante recurso à poupança externa? Justifique a resposta especialmente com base em seu conhecimento sobre a economia brasileira.

(e) Para uma economia sem governo e fechada, ou seja, sem transações com o resto do mundo, qual a relação entre Poupança (S) e Investimento (I)? Se a função consumo pudesse ser descrita pela equação C = 0,8 RDB, ou seja, igual a oito décimos da RDB, qual seria a taxa de investimento, em % do PIB?

(f) Ainda para uma economia fechada, pode-se estimar o impacto de um aumento independente dos investimentos sobre o produto total. Se a propensão marginal ao consumo é 1/5, qual o impacto imediato de uma elevação de R$ 10 bilhões nos investimentos sobre esse produto total? Qual é o impacto final dessa elevação sobre o produto total, uma vez integralizada a progressão em cadeia dos seus efeitos sobre os dispêndios? Defina e calcule o multiplicador (keynesiano) correspondente.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos; 5 pontos para cada item)

LUCAS CHALELLA DAS NEVES (30/30)

a) Para todos os cálculos, considerando que $Y = C + I + (X - M)$, *temos que* $X/Y - M/Y = BC/Y$; *e que* $C/Y + I/Y + BC/Y = 100\%$, *já que, na hipótese, C engloba tanto o consumo das famílias, quanto do governo. Portanto,* $y = 100 - 83{,}5 - (-1{,}5) = 18{,}0$; $z = 8{,}4 - 1{,}8 = 6{,}6$; $w = 6{,}8 - 9{,}0 = -2{,}2$; $x = 100 - 17{,}0 - (-2{,}0) = 85{,}0$.

b) Considerando que o PIB é $Y = C + I + (X - M)$, *podemos substituir* $(X - M)$ *pela expressão* $(TC - TU - RLRE)$, *ou seja, o saldo de exportações líquidas de bens e serviços equivale ao saldo de transações correntes menos as transferências unilaterais correntes e a renda líquida recebida do exterior. Vale notar que a RLRE equivale ao saldo da subconta de rendas, da conta de serviços e rendas do BP.*

Considerando ainda que $PNB = PIB + RLRE$, *chegamos a este sistema:*

$$Y = C + I + (X - M)$$
$$TC = BC + BR + TU$$
$$\therefore Y = C + I + TC - BR - TU$$
$$PNB = Y + BR$$
$$\therefore PNB = C + I + TC - BR - TU + BR \rightarrow \underline{PNB = C + I + TC - TU}.$$

c) Considerando que $Y = C + I + TC$; *que* $PNB = C + I + TC - TU$, *e que* $RDB = PNB + TU$, *temos que:*

$$RDB = C + I + TC - TU + TU = C + I + TC$$

Como a poupança bruta doméstica equivale à RDB subtraída dos consumos das famílias e do governo, temos que:

$$S = C + I + TC - C \rightarrow \underline{S = I + TC}.$$

d) Sim, o Brasil financiou o investimento mediante recurso à poupança externa entre 1995 e 1999. Considerando que a poupança externa equivale ao déficit em transações correntes, e sabendo que houve déficit em transações correntes nesse período, temos uma poupança externa positiva.

O déficit na balança comercial e de serviços deve-se ao artifício da âncora cambial, utilizado nos primeiros anos do Plano Real, até 1999, para controlar a inflação. O regime de bandas cambiais mantinha o real valorizado, incentivando importações e desincentivando exportações.

O déficit no balanço de rendas deve-se sobretudo ao pagamento de serviços da dívida e à remessa de lucros, agravados pelo câmbio valorizado.

Considerando que as transações unilaterais não foram relevantes, temos um déficit em transações correntes no período, que precisou ser financiado pela poupança externa.

e) Em tal economia, o PIB pela ótica da demanda é $Y = C + I$. *Pela ótica da alocação da renda familiar, temos que* $PIB = PNB = RDB$, *pois não há transferências unilaterais, nem RLRE. Como as famílias só consomem e poupam,* $Y = C + S$. *Portanto,* $Y = C + S = C + I$, $\therefore \underline{S = I}$.

Se Y = C + I, e C = 0,8 Y, então I = 20% do PIB.

f) Em uma economia fechada tal que Y = C + I + G, o impacto imediato de um aumento independente do investimento equivale ao seu valor, ou seja, R$ 10 bilhões.

O multiplicador keynesiano é igual a 1 / 1 - c. Para uma propensão marginal ao consumo (c) de 0,2, o multiplicador é de 1,25. O impacto final do aumento do investimento, portanto, é de R$ 12,5 bilhões no produto total.

Questão 3

De uma perspectiva neoclássica ou marginalista do mercado de trabalho (em que famílias e firmas maximizam respectivamente a utilidade e o lucro, sujeitas a restrição orçamentária e a uma tecnologia de produção com rendimentos marginais decrescentes), explique como podem ser definidos os seguintes elementos:

a) demanda por trabalho;

b) oferta de trabalho;

c) salários reais e nível de emprego.

Em Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado observa os impactos diferenciados da abolição da escravatura nas diversas regiões econômicas do Brasil. Em relação à atividade cafeeira, afirma o seguinte: A situação favorável, do ponto de vista das oportunidades de trabalho, que existia na região cafeeira, valeu aos antigos escravos liberados salários relativamente elevados. Com efeito, tudo indica que na região do café a abolição provocou efetivamente uma redistribuição da renda em favor da mão-de-obra. Sem embargo, essa melhora na remuneração real do trabalho parece haver tido efeitos antes negativos que positivos sobre a utilização dos fatores. [...] Dessa forma, uma das consequências diretas da abolição, nas regiões em mais rápido desenvolvimento, foi reduzir-se o grau de utilização da força de trabalho.

Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987, p. 140.

d) Com base em seus conhecimentos sobre mercado de trabalho, explique os argumentos apontados por Furtado para a situação descrita acima.

Extensão máxima: 40 linhas

(valor: 20 pontos; 5 pontos para cada item)

BERNARDO MACKE (20/20)

a), b) e c) Tendo em vista a perspectiva neoclássica acerca do mercado de trabalho, percebe-se que esse pode ser representado por um gráfico, cujo eixo "y" indica o nível de salários e cujo eixo "x" corresponde ao número de trabalhadores. A oferta de trabalho, nesse modelo, é dada por uma curva positivamente inclinada, segundo a qual maiores salários representam maior oferta de trabalho. Essa relação é convalidada pela idéia de que a oferta individual de trabalho é determinada pelo custo de oportunidade do trabalho face ao ócio.

Com salários mais altos, o efeito substituição versa que os indivíduos optarão por maior quantidade de trabalho, caso o trabalho seja bem normal ou bem inferior. Além disso, pelo efeito renda, encontra-se que a oferta de trabalho aumentará pela mudança nas utilidades relativas de salário e de ócio, caso trabalho for bem normal ou bem inferior. Isso ocorre, mesmo que em menor magnitude, pois haverá o predomínio do efeito substituição sobre o efeito renda, por definição, em hipótese de bem inferior. Por fim, caso o trabalho for

considerado bem de Giffen pelo indivíduo, haverá o predomínio do efeito renda, de modo que a compensação por mais trabalho não será capaz de suprir a perda em utilidade total que se geraria com a diminuição do nível de ócio. Ocorreria, assim, a inversão da curva da oferta de trabalho a partir de determinado nível de salários (W) em que a oferta diminuiria à medida que W aumentasse.

A demanda por trabalho é dada, por sua vez, por uma curva negativamente inclinada. Essa curva corresponde ao preço da produtividade marginal do trabalho (P.PMgL), a qual é decrescente em situações em que os demais fatores de produção forem fixos, como é a premissa do neoclassicismo em relação ao curto prazo. O nível de emprego seria dado pelo ponto em que as duas curvas se encontrassem, correspondendo ao ponto de equilíbrio do modelo. Assim, P.PMgL=W, de modo que, para baixas produtividades do trabalho, haveriam baixos salários em preços constantes do produto. O nível de emprego seria encontrado, portanto, quando os salários igualassem a produtividade de um trabalhador adicional vezes o preço do produto.

Os salários reais seriam, portanto, um reflexo da produtividade marginal do trabalho, visto que o aumento no nível geral de preços implicaria tão-somente em elevação dos salários nominais. Aumentos ou reduções na produtividade marginal do trabalho são, assim, as formas de alteração dos salários reais, entendidos como função da PMgL.

d) Na lavoura cafeeira paulista, após a Abolição, a redução no grau de utilização da força de trabalho, junto a salários relativamente elevados, pode ser explicada pelo aumento da produtividade marginal do trabalho, a qual se pode presumir maior no trabalho livre (onde há contrapartida) do que na escravidão (na qual o trabalhador equivale a parte do capital). Como tal fenômeno se verificou nas regiões mais dinâmicas, pode-se inferir, também, que a razão entre trabalho e capital foi marcada por elevação dos investimentos técnicos, que, a cada unidade de trabalho, logram maior produtividade "coeteris paribus". Outra explicação, não concorrente, mas complementar, é a fraqueza do efeito substituição na oferta de trabalho, com a presença de maior utilidade relativa do ócio em relação aos salários. Esse elemento explicaria, portanto, a menor elasticidade da oferta de trabalho e o reflexo de elevação salarial por parte da oferta.

Questão 4

Considere um mercado de um único bem em concorrência perfeita. As firmas produzem esse produto idêntico por meio de uma tecnologia de produção com custo marginal, CMg(q) = 10 + 0,5q, onde q representa a quantidade produzida por cada firma. Suponha ainda que a demanda de mercado por este produto seja Qd (P) = 160 - 4P, onde P é o preço de mercado.

a) Encontre a oferta de cada firma, ou seja a quantidade que a firma deseja produzir como função do preço de mercado.

b) Encontre o preço e quantidade de equilíbrio neste mercado, se o número de firmas for igual a 10, de modo que a oferta de mercado seja 10 vezes a oferta de cada firma tal como encontrada no item anterior.

c) Determine a quantidade e o custo marginal de cada firma associado a esta quantidade, tendo em conta que as firmas, por serem idênticas, produzirão, em equilíbrio, cada uma, a mesma quantidade da mercadoria.

d) Caso uma firma pudesse vender uma unidade a mais do produto pelo preço de equilíbrio (item b) o seu lucro seria maior ou menor? Explique.
Suponha agora que uma das firmas do exemplo acima tenha comprado as demais, tornando-se monopolista deste mercado. Considere que a mudança na estrutura de mercado não afetou a demanda.

e) Encontre a receita total da firma monopolista como função da quantidade produzida.

f) Determine o preço cobrado pelo monopolista e a quantidade negociada no mercado, considerando que a receita marginal é dada por RMg(Q) = 40 - 0,5Q.

g) O preço cobrado pelo monopolista é maior ou menor que o custo marginal pago pelo monopolista na quantidade de equilíbrio? Explique.

h) Caso o monopolista pudesse vender uma unidade a mais do produto pelo preço de equilíbrio (item f) o seu lucro seria maior ou menor? Explique.

Com os resultados dos exercícios acima, responda aos dois itens abaixo.
i) Os professores Lee Ohanian, da Universidade da Califórnia, Los Angeles, e Edward Cole, da Universidade da Pensilvânia, argumentam que o aumento da concentração de mercado que seguiu a crise de 1929 foi um dos principais responsáveis pela duração da Grande Depressão. As quantidades de concorrência (item b) e monopólio (item f) encontradas no item anterior são favoráveis ao argumento dos professores? Explique.

j) O Prof. Phillipe Aghion, da Universidade de Harvard, afirma que empresas monopolistas podem investir em pesquisa porque cobram um preço maior do que o custo marginal, de forma que esta diferença pode ser utilizada para financiar atividades que não entram diretamente na produção (não são fatores). O mesmo não ocorreria com firmas em concorrência perfeita. Os preços e custos marginais encontrados nos exemplos acima refutam a proposta do professor? Explique.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos; 2 pontos para cada item)

HUGO DE OLIVEIRA LOPES BARBOSA PEREIRA PINTO (20/20)

a) *A oferta da firma é dada por sua curva de custo marginal, ou seja, P = 10 + 0.5*q(P), 0.5*q(P) = P – 10, q(P) = 2P – 20.*
b) *A oferta do mercado será $Q_O(P)$ = 10*(2P – 20), $Q_O(P)$ = 20P – 200. O preço de equilíbrio é o que iguala oferta e demanda, $Q_D(P) = Q_O(P)$, 160 – 4P = 20P – 200, 24P = 360, P = 15. A quantidade de equilíbrio é encontrada ao se substituir o preço de equilíbrio em uma das equações (oferta ou demanda), Q = 20*15 – 200, Q = 100.*
c) *Se cada firma produz a mesma quantidade no equilíbrio, cada uma produzirá 100/10 = 10. O custo marginal (CMg) de cada firma é igual ao preço de equilíbrio, ou seja, 15. Isso é demonstrado ao se substituir a quantidade produzida por cada firma na fórmula CMg(10) = 10 + 0.5*10, CMg(10) = 15.*

d) *Caso a firma venda uma unidade a mais, o CMg excederá a receita marginal (Rmg) e, portanto, o preço. Com efeito, CMg(11) = 10 + 0.5*11, CMg(11) = 15.5. Se o custo de produzir uma unidade a mais excede o preço de mercado, haverá lucro menor para a firma, pois o lucro atual seria* $L = L_{ANTERIOR} + P - CMg = L_{ANTERIOR} - 0.5$.
e) *Seja a receita total (RT) igual ao preço vezes a quantidade (P*Q). Sendo o preço Q = 160 – 4P, 4P = 160 – Q, P = 40 – 0.25Q. Tem-se que RT(Q) = (40 – 0.25Q)*Q,* $RT(Q) = 40Q - 0.25Q^2$.
f) *A quantidade negociada no mercado é encontrada ao se igualar CMg = RMg, ou seja, 10 + 0.5Q = 40 – 0.5Q, Q = 30. O preço cobrado pelo monopolista é encontrado ao se substituir a quantidade negociada na fórmula da demanda, 30 = 160 – 4P, P = 32.5.*
g) *O custo marginal na quantidade de equilíbrio do monopólio será CMg = 10 + 0.5*30, CMg = 25. O preço cobrado é, pois, maior que o CMg (32.5 > 25). Isso se explica pelo fato de que o monopolista tem poder de mercado e depara-se com uma demanda negativamente inclinada. A maximização do lucro monopolista permite lucro a curto prazo, ou seja, a venda por preço superior ao CMg.*
h) *Ao vender uma unidade a mais ao preço de equilíbrio, o lucro passaria a ser* $L = L_{ANTERIOR} + 32.5 - CMg = L_{ANTERIOR} + 32.5 - 25.5 = L_{ANTERIOR} + 7$, *ou seja, maior que antes. Ele não o faz por se deparar com demanda negativamente inclinada, ou seja, vender um produto a mais diminui o preço de todos os outros produtos, o que reduz seu lucro. Vender uma unidade a mais ao preço de equilíbrio anterior não é, pois, possível ao monopolista.*
i) *A quantidade de equilíbrio em concorrência perfeita (100) é maior que a quantidade em monopólio (30), o que diminui o tamanho do mercado, o consumo e, portanto, o produto da economia. O peso morto (perda de eficiência alocativa) do monopólio, gerado pela capacidade ociosa e pelo markup do monopólio, obsta o crescimento potencial do produto. Com menos produção, a Grande Depressão se alongou mais que se o mercado não houvesse se concentrado na ocasião.*
j) *Em concorrência perfeita, o lucro econômico a longo prazo é zero (receita total = custo total). No monopólio, há lucro mesmo a longo prazo, pois o preço supera o CMg e o custo médio, o que concede oportunidade de pesquisa ao monopolista, que poderá auferir lucro ainda maior.*

***

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores sugeriram livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de "noções" de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O(a) candidato(a) poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa (Primeira e Terceira Fases):
I – Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.
1. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
2. Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
3. Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro.
4. Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito.
5. Organização dos poderes no direito brasileiro.
6. Processo legislativo brasileiro.
7. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88).
8. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal.
9. Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração.
10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II – Direito internacional público.
1. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil).
2. Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*).
3. Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo.
4. Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais).
5. Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado.
6. Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Européia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).
7. Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).
8. Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Bibliografia sugerida:

I – Documentos:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).
Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961); Relações Consulares (1963); e Direito dos Tratados (1969).
Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, Mercosul (1991).
Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994).
Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994).
Memorando de Acordo relativo às Normas e Procedimentos para A solução de Litígios na OMC (1994).

II – Livros:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. **Manual de direito internacional público**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10 ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_________. **Teoria do Estado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do direito comunitário**. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella**. Direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ENGISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. 8 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 14 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 15 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 7 ed. São Paulo: RT, 2002.

REALE, Miguel**. Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, José Affonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de direito internacional público**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

THORSTENSEN, Vera. *OMC*: **Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (org.). **A Nova Dimensão do Direito Internacional Público (Vol. I)**. Brasília, Instituto Rio Branco, 2003.

Prova de 2009

Questão 1

Suponha uma situação em que exportações brasileiras sejam objeto de barreira comercial imposta por outro membro do MERCOSUL, com fundamentação em suposta necessidade de proteger o meio ambiente. Contra a medida em tela, cogita-se da possibilidade jurídica de o Brasil recorrer à Corte Internacional de Justiça ou a mecanismo de solução de controvérsia no âmbito do MERCOSUL ou da OMC.

Discorra acerca da competência de cada uma dessas instituições para analisar a questão e acerca dos eventuais desdobramentos jurídicos, caso a decisão seja favorável ao Brasil.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

ALEXANDRE SCUDIERE FONTENELE (29/30)

No caso de exportações brasileiras serem objeto de barreira comercial imposta por outro membro do MERCOSUL, com fundamentação em suposta necessidade de proteger o meio ambiente, o Brasil poderá recorrer a mecanismos internacionais de solução de controvérsias. Dentre essas possibilidades, encontram-se a Corte Internacional de Justiça e os mecanismos presentes no âmbito da OMC e do MERCOSUL. No entanto, é importante destacar que essas instituições apresentam características diferentes, no que tange ao acesso, aos procedimentos adotados e à implementação de suas decisões.

Quando se trata da Corte Internacional de Justiça, é fundamental ressaltar que é órgão do sistema ONU com competência para julgar Estados que aceitam a jurisdição dessa corte. Trata-se, portanto, de meio jurisdicional de solução de controvérsias, que analisa questões de fato e de direito para proferir decisões vinculantes. Para que um caso seja levado à CIJ, os Estados litigantes devem ter assinado a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória, ou devem reconhecer a jurisdição da corte por meio de declaração ad-hoc. No caso das barreiras às exportações brasileiras, a situação dificilmente chegaria à Corte Internacional de Justiça, na medida em que o Estado protecionista provavelmente não aceitaria a jurisdição da Corte, e existe fórum mais adequado, dedicado à solução de controvérsias comerciais, no âmbito da OMC.

Nesse sentido, o Organismo de Solução de Controvérsias da OMC é instituição mais específica e apta a proferir decisões nessa matéria. Segundo o Entendimento sobre Solução de Controvérsias, todos os membros da OMC têm acesso a esse mecanismo e podem recorrer, simultaneamente, a outros meios pacíficos de solução de controvérsias, como a mediação, a conciliação e os bons ofícios. No âmbito da OMC, o procedimento inicia-se com a etapa de negociações (consultas), visando a uma solução amistosa em um prazo de 60 dias. Se isso não for possível, forma-se um grupo especial para analisar questões de fato e de direito, proferindo, ao final, uma série de recomendações. Essas recomendações só não serão definitivas se o Estado recorrer ao órgão de apelação ou houver consenso negativo no OSC (órgão político). No caso de apelação, esse órgão avalia questões de direito, podendo modificar, confirmar ou revogar as recomendações do grupo especial. Uma vez terminado esse relatório, as recomendações, com apenas um voto afirmativo no Organismo de Solução de Controvérsias (OSC), já são aplicáveis.

No caso das exportações brasileiras, se o Brasil submete a questão à OMC e consegue resultado favorável, o Estado violador deve interromper imediatamente a conduta em questão ou oferecer compensações temporárias, enquanto não consegue fazê-lo. Caso isso também não ocorra, o Brasil poderá recorrer ao painel de cumprimento, que deve autorizar a imposição de contramedidas (proporcionais ao dano e reversíveis), para que o Estado violador seja compelido a retornar ao status quo anterior.

Outra opção à disposição das autoridades brasileira é recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias do MERCOSUL. Esse mecanismo está acessível aos Estados membros desse bloco, mas não impede que um litígio também seja levado à OMC, como visto anteriormente, caso um Estado assim prefira. Uma primeira etapa do mecanismo mercosulino é a negociação no âmbito do Grupo do Mercado Comum. Caso uma das partes assim deseje, a controvérsia pode ser submetida diretamente ao tribunal arbitral ad-hoc, que irá julgar questões de fato e de direito, para proferir sua decisão. As partes também podem recorrer e levar o caso para a segunda instância, o Tribunal Permanente de Revisão, que então julga apenas questões de direito. As partes, em comum acordo, podem submeter o caso diretamente ao Tribunal Permanente de Revisão, como instância única, que avaliará tanto questões de fato como de direito.

No caso das exportações brasileiras, uma vez proferida decisão favorável ao Brasil no Tribunal Permanente de Revisão (instituído pelo Protocolo de Olivos), pode o Brasil adotar contramedidas, sem a necessidade de recorrer a órgão de fiscalização, como ocorre na OMC. Portanto, caso o Estado violador não cumpra a decisão, é possível implementar retaliações mais rapidamente.

Como se trata de matéria comercial, e ambos os países são membros do MERCOSUL, constata-se que os mecanismos de solução de controvérsias presentes nesse bloco e na estrutura da OMC são os mais indicados para tratar da questão, oferecendo a possibilidade de negociação amistosa prévia e de implementação de contramedidas temporárias, caso a decisão de última instância não seja cumprida.

Questão 2

Tendo em conta que as relações entre os atores da vida internacional são permeadas por constantes enfrentamentos, algumas vezes com o uso da força, disserte sobre os aspectos jurídicos desse tema, com especial atenção para meios de solução pacífica de controvérsias internacionais.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 30 pontos)

LARISSA SCHNEIDER CALZA (30/30)

Por muitos séculos, a força foi considerada um recurso legítimo para a resolução de disputas entre Estados. Já no século XIX, Carl von Clausewitz afirmou que a guerra era "a continuação da política por outros meios". Essa noção foi-se modificando a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, e, atualmente, o uso da força, ou mesmo sua ameaça, é não apenas condenado política e moralmente, mas também vedado pelo direito internacional – algo expresso em mais de uma de suas fontes. Essa vedação ao uso da força implica a prioridade aos meios de solução pacifica de controvérsias internacionais, algo comprovado não apenas pelo fato de a Carta das Nações Unidas ter um capítulo inteiro dedicado ao tema, mas, além disso, pela multiplicação dos meios jurisdicionais para a solução de controvérsias.

A condenação do uso da força tornou-se mais expressiva no século XX, em razão da destruição e violência causados pela Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, foi assinado, em 1928, o Pacto Briand-Kellogg (também conhecido como Pacto de Paris), o qual vedava o uso da força, com uma notável exceção: os territórios coloniais. Esse pacto contava com um número não muito significativo de signatários, não tendo sido capaz de impedir a eclosão de novo conflito mundial. Ainda assim, é importante evidência do início da condenação jurídica do uso da força. Em 1945, tal condenação jurídica foi confirmada e fortalecida pela Carta das Nações Unidas, documento que contava com 51 signatários quando da fundação da Organização, mas que hoje tem como partes 192 Estados – a quase totalidade dos Estados do mundo. Ademais, considera-se hoje que a vedação do uso da força configura-se como um costume internacional, preenchendo os requisitos de prática reiterada e opinio iuris. Muitos autores chegam a entender a proibição ao uso da força como um princípio de ius cogens.

É importante ressaltar que a vedação do uso da força não impede seu uso em legítima defesa, outra norma que é tanto positivada na Carta da ONU – a qual determina que a legítima defesa deve ser sempre proporcional à agressão sofrida – quanto confirmada como um costume internacional. Faz-se necessário lembrar, contudo, que o mesmo não se aplica à idéia de legítima defesa preventiva – que alguns teóricos entendem ser um novo costume internacional que modificaria a Carta da ONU, uma vez que seu artigo 103 prevê a primazia da Carta sobre outros tratados, mas não sobre o costume internacional. A legítima defesa preventiva não é aceita como costume, visto que inexiste opinio iuris a seu respeito, podendo mesmo sua prática reiterada ser questionada.

A vedação do uso da força deu maior destaque aos meios solução pacífica de controvérsias internacionais, sendo que todo o Capítulo VI da Carta da ONU é dedicado a esse tema, enumerando, inclusive, muitas dessas formas de solução pacífica de controvérsias. Embora esses meios sejam classificados em diplomáticos – entre Estados, diretamente –, políticos – no âmbito de organizações internacionais – e jurisdicionais – como é o caso dos tribunais internacionais –, o mais importante são seu objetivo e sua adequação à solução de determinada disputa. Entre os vários meios, destacam-se as próprias negociações diretas, os bons ofícios (em que um Estado ou uma organização internacional, geralmente por meio de seu Secretário-Geral, põem as partes em contato para facilitar seu diálogo), a mediação (semelhante aos bons ofícios, com a diferença de que o mediador participa mais ativamente das negociações, podendo sugerir possíveis soluções), a arbitragem (meio jurisdicional, sendo o laudo do árbitro vinculante para as partes), o inquérito e os próprios tribunais internacionais.

O aumento do número de tribunais internacionais e sua maior especialização (tanto temática quando regional) é forte evidência da crescente importância dada aos meios de

solução pacífica de controvérsias e da consolidação da proibição ao uso da força. Existem, atualmente, tribunais específicos para julgar questões como o direito do mar – o qual é anterior à própria Convenção de Montego Bay –, direitos humanos – como as Cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos –, e questões comerciais – como é o caso do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL. A própria criação do Tribunal Penal Internacional, destinado a julgar indivíduos por crimes de guerra, crimes contra a humanidade, crimes de agressão e genocídio é outra evidência da condenação do uso da força pelo direito internacional.

Ao longo do século XX, construiu-se o arcabouço jurídico que resultou na condenação do uso da força e na maior institucionalização dos meios de solução pacífica de controvérsias, os quais passaram a ser considerados a maneira prioritária de resolução de disputas. A multiplicação e o fortalecimento desses meios é tanto resultado quanto evidência da proibição do uso da força como princípio fundamental do direito internacional atual.

Questão 3

Ao movimentar fundos depositados em banco brasileiro, estrangeiro residente no país foi informado de que sua conta havia sido bloqueada em razão de seu nome constar em lista de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A lista fora elaborada com base em Resolução adotada sob o Capítulo VII da Carta da ONU e internalizada por Decreto presidencial. O congelamento dos ativos financeiros havia sido determinado como medida cautelar em processo judicial. Em sua defesa, o estrangeiro alega que seu nome foi incluído na lista de sanções sem que tivesse sido ouvido ou podido defender-se, o que violaria direitos mínimos de devido processo legal, inscritos tanto no artigo 5º da Constituição Federal, como em instrumentos internacionais de direitos humanos.

Tendo em vista os elementos jurídicos da situação acima descrita, discorra sobre a possibilidade de que o poder judiciário brasileiro exerça alguma forma de controle sobre Resolução do Conselho de Segurança.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

PATRICK LUNA (20/20)

O Capítulo VII da Carta da ONU estabelece que, verificada alguma situação de ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão (art. 39), o Conselho de Segurança estará autorizado a tomar decisões que podem se traduzir tanto em sanções pacíficas (art. 41) – como o embargo econômico e a ruptura de comunicações –, como sanções militares (art. 42), que envolvem o uso da força. Percebe-se, assim, a nítida possibilidade de atuação coercitiva desse órgão das Nações Unidas. É imprescindível mencionar que a Carta da ONU expressamente atribui aos Estados-membros da organização o dever jurídico de cumprir e respeitar fielmente tais decisões do Conselho de Segurança (art. 25). No caso apresentado, o congelamento de ativos financeiros de um indivíduo corresponde a manifestação de sanção descrita no art. 41 da Carta da ONU – e, ademais, essa espécie de "targeted sanction" é recorrente nos esforços do Conselho de Segurança em combater as ameaças à paz e à segurança internacionais causadas pelo terrorismo. Cabe-lhe, discricionariamente, eleger qual espécie de sanção determinará.

Na qualidade de Estado-membro da ONU, a República Federativa do Brasil está juridicamente obrigada, no âmbito internacional, a dar fiel cumprimento à resolução proferida pelo Conselho de Segurança. Deve-se esclarecer que, sob a perspectiva do Direito

Internacional Público, o Poder Judiciário brasileiro nada mais é do que um órgão da República Federativa do Brasil – de tal sorte que uma eventual determinação de autoridade judicial brasileira que corresponda a uma forma de controle da resolução do Conselho de Segurança ensejaria a responsabilização internacional do Brasil.

É certo que existem dispositivos normativos no ordenamento brasileiro que estabelecem a necessidade de devido processo legal, o que incluiria a possibilidade de ampla defesa e de contraditório, antes que qualquer sanção seja desencadeada. É igualmente certo, entretanto, que o art. 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, proíbe que os Estados invoquem normas dos seus respectivos ordenamentos domésticos como escusa para o descumprimento das suas obrigações internacionais. A referida Convenção de Viena excetua a regra do art. 27 às situações em que a obrigação internacional for manifesta e indiscutivelmente contrária às disposições constitucionais essenciais do Estado (art. 46, §1º). A situação apresentada no caso concreto – o congelamento de bens ou ativos financeiros – não compõe situação excepcional ao regramento do art. 27, vez que efetivamente havia processo judicial instaurado no país e medidas cautelares, inclusive "inaudita altera parte", estão longe de representar qualquer violação ao núcleo duro dos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República e nos tratados relativos a direitos humanos que integrem o "bloco de constitucionalidade".

Ademais, a referida resolução do Conselho de Segurança passou a se tornar obrigatória domesticamente a partir da publicação do decreto presidencial destinado à sua internalização, em clara obediência do "iter" procedimental requerido para tal fim.

Diante do exposto, conclui-se inexistir qualquer possibilidade de que o Poder Judiciário brasileiro realize alguma espécie de revisão ou controle sobre a resolução do Conselho de Segurança, vez que essa atitude representaria o descumprimento de obrigação internacional por parte de órgão do Estado brasileiro – e, por conseguinte, ensejaria a responsabilização internacional do Brasil.

Questão 4

Comente a seguinte afirmativa: "O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça não constitui enumeração exaustiva das fontes do direito internacional".

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

FRANCISCO JEREMIAS MARTINS NETO (20/20)

O Estatuto da CIJ, em seu artigo 38, enumera como fontes do direito internacional os tratados, o costume e os princípios gerais de direito. Além disso, estabelece a doutrina e a jurisprudência como meios de auxílio para interpretação e compreensão, e a possibilidade de recurso à equidade, caso as partes expressamente por isso se manifestem. Esse rol, no entanto, não é exaustivo.

O primeiro fator a corroborar aquela assertiva é o jus cogens. Definido como normas imperativas de direito internacional geral, o jus cogens encontra-se reconhecido expressamente pela Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969. São normas inderrogáveis, só sucumbindo perante outra norma de mesma natureza. Tratados firmados que contrariem o jus cogens serão nulos de pleno direito, do mesmo modo que o surgimento

de uma norma de jus cogens torna nulos os tratados já consubstanciados que a contrariem. Afigura-se, desse modo, como tendo o teor de normas de ordem pública internacional, revelando o direito, sendo uma fonte. Podem ser de ordem processual ou material, destacando-se a igualdade soberana dos Estados, a solução pacífica de controvérsias, o combate à pirataria e a condenação da escravidão.

Outro exemplo são determinados atos unilaterais do Estado. Em certos casos, um ato típico do exercício da soberania estatal acaba por protrair seus efeitos em direção ao exterior, sem que tenha havido o animus contrahendi, ou seja, a vontade de celebração de compromisso jurídico com outra pessoa de direito internacional público. É o caso das declarações acerca da extensão do mar territorial ou sobre o regime de portos. Um exemplo histórico foi o decreto imperial de 1866 que abriu o Rio Amazonas à navegação internacional. Influem, portanto, no arcabouço jurídico internacional e podem ser interpretados como fontes de direito.

Por fim, pode-se falar das decisões de organizações internacionais. Embora, em última instância, derivem do tratado constitutivo da organização, a história de tais pessoas de direito das gentes tem demonstrado que certas decisões de seus órgãos podem interpretar extensivamente suas atribuições e influir na criação de direito internacional, às vezes mesmo contra certos países membros. O exemplo da "Resolução Acheson" é ilustrativo, pois por meio dela a Assembleia Geral da ONU, em 1950, estendeu sua competência para além do que era depreendido da Carta da ONU, dado o quadro de inércia do Conselho de Segurança. A manifestação da Corte Internacional de Justiça no caso Lockerbie, no início da década de 1990, solidificou a interpretação das decisões das organizações internacionais como fonte de direito, pois afirmou serem as resoluções do CSNU superiores a quaisquer tratados, não sendo limitadas por nenhuma norma internacional, dada a sua finalidade de defesa da paz.

***

QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter exclusivamente classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

Apresentam-se, abaixo, os programas dessas provas. Não se incluem exemplos de provas anteriores, em respeito ao princípio da isonomia.

ESPANHOL

A prova de Espanhol constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua espanhola, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua francesa, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

***